

**Universidade de Lisboa**  
Faculdade de Letras  
Programa em Ciências da Documentação e Informação



**OS PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO DA INFORMAÇÃO**  
**ARQUIVÍSTICA EM PORTUGAL**  
Contributos para a sua discussão

**CHEILA PINTO**

**Lisboa**  
**2014**

**Universidade de Lisboa**

Faculdade de Letras

Programa em Ciências da Documentação e Informação



# OS PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA EM PORTUGAL

Contributos para a sua discussão

*Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa no  
âmbito do Curso de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação - ramo de  
Arquivística, orientada pelo Professor Doutor Carlos Guardado da Silva*

**CHEILA PINTO**

**Lisboa**

**2014**

**AGRADECIMENTOS**

Sem a ajuda de algumas pessoas a elaboração deste trabalho teria sido impossível.

Por esta razão agradeço ao Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva a disponibilidade para me orientar e os sábios apontamentos ao longo de todo o trabalho.

À minha mãe pelo suporte e compreensão.

*Une place pour chaque chose, chaque chose à sa place.*  
(provérbio francês)

## **RESUMO**

A avaliação arquivística tem vindo a desenvolver-se desde o século XIX até à actualidade. Vamos inicialmente apresentar o seu conceito, surgido no final do século XIX, amparado numa visão filosófica e histórica, e perceber as principais e mais recentes publicações sobre o assunto de forma a criar bases para o enquadramento teórico seguinte, que pretende clarificar os critérios, princípios e modelos criados para a avaliação arquivística. Expomos as principais e mais influentes teorias sobre o assunto, focando princípios e critérios. Seguidamente apresentamos os países pioneiros na reflexão e aplicação da avaliação em contexto arquivístico, primeiramente europeus, mas rapidamente os EUA tomaram um papel incontornável. Verificamos também que durante a primeira metade do século XX os EUA e o Reino Unido pareciam destoar bastante do resto da Europa, isto é, França e Alemanha, mas a segunda metade do mesmo século parece um momento de convergência de teorias. No final reflectimos sobre o trabalho realizado em Portugal, a cada vez mais aturada e científica reflexão sobre as Ciências da Informação e Documentação, que apoiam uma avaliação baseada na função da informação, e suas implicações para a arquivística em Portugal.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Ciência da informação; arquivística; avaliação da informação arquivística; princípios da avaliação arquivística; critérios da avaliação arquivística; Portugal.

**ABSTRACT**

Archival appraisal has been developing since XIX century until now. Initially we present its concept, born in the end of the XIX century, sustained in a philosophical and historical vision, and understand the most important and new publications about this subject to create a ground matter to next theoretical studies, which pretends to clarify criteria, principles and models created to archival appraisal. We present the most important and influents theories about the subject, focusing principles and criteria. Next, we present the first countries to think and to use appraisal in archival ambience, first Europeans, but quickly USA took an unavoidable role. We validate that, in the beginning of the XX century, USA and United Kingdom seemed to be disconnected from the rest of Europe, *i. e.*, France and Germany, but the second part of the same century seems to be a connection's moment of theories. In the end we debate about the work done in Portugal, the continuous thinking about Information and Documentation Sciences, which support an appraisal based in the information's function, and the consequences to Portuguese archival science.

**KEY WORDS**

Information science; archivistique; information management appraisal/appraisal of archival information; principles of archivistique appraisal; criteria of archivistique appraisal; Portugal.

## SUMÁRIO

Introdução	8
1. A avaliação como função arquivística - Princípios	13
2. Modelos de avaliação da informação arquivística	23
2.1. Modelos Europeus	23
2.1.1. A avaliação da informação em Portugal	33
2.2 Modelo Britânico e Norte-Americano	38
2.3. Novos Modelos	43
3. Balanço das teorias actuais sobre a avaliação arquivística	46
4. Proposta para a avaliação da informação arquivística em Portugal	55
Conclusão	58
Bibliografia	62
Glossário	66

## INTRODUÇÃO

A **avaliação** é um processo complexo de determinação do valor da informação. Abarca a selecção e a eliminação num sentido mais abrangente, tendo em conta que estas duas etapas só são realizadas na sequência da avaliação, assim como a organização abarca a classificação e a ordenação. A **selecção** é a “operação decorrente da avaliação e que consiste em separar os documentos de arquivo de conservação permanente daqueles que poderão ser objecto de eliminação” (NP 4041, 2005: 14). A **eliminação** é “a operação decorrente da avaliação que consiste na destruição dos documentos que foram considerados sem valor arquivístico” (NP 4041, 2005: 13).

Em 1826, para o advogado holandês Gerrit Dedel não seria eficaz organizar documentação de diferentes institutos religiosos, que tinham documentação diversa. Em 1840, o arquivista belga Louis Gachard, mandou destruir todos os documentos comerciais da Antuérpia, datados do século XVI, e, em 1841 o Ministro do Interior francês manda aplicar o princípio do respeito pelos fundos aos Arquivos Departamentais<sup>1</sup>. Na realidade, o conceito de avaliação no contexto das Ciências da Documentação e Informação surgiu em 1900, no Segundo Congresso dos Arquivos Alemães de Dresden. Foi a reunião de filósofos, historiadores e arquivistas que legitimou o conceito de avaliação. O historiador Friederick Meineke e o arquivista Woldemar Lippert defendiam que os arquivistas/historiadores tinham uma intuição no que tocava ao desenvolvimento da sociedade, usando termos como *fingerspitzengefühl* (instinto) e *verstehen* (compreender)<sup>2</sup>.

A avaliação arquivística foi um dos pontos que mais nos chamou a atenção durante a nossa aproximação ao mundo da arquivística, ao lado da organização.

Ao longo das aulas de Gestão de Sistemas e Serviços Arquivísticos, a avaliação tornou-se um conceito constante para perceber os mecanismos de gestão da informação. Através da solicitação de um trabalho semestral, e aceitando a proposta do Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva no desenvolvimento da temática sobre os princípios da

---

<sup>1</sup>Klumpenhouwer, Richard Degree (1988). *Concepts of value in the archival appraisal literature : an historical and critical analysis*. Master of Archival Studies – MAS Program Archival Studies. The University of British Columbia. p.44.

<sup>2</sup>Idem. *Ibidem*, 35-60.



avaliação arquivística, o nosso interesse adensou-se e achámos que seria uma temática a abordar mais profundamente como trabalho final de mestrado.

A importância deste trabalho prendeu-se com a necessidade de sensibilização das instituições ligadas directa ou indirectamente à gestão da informação, numa sociedade que obriga a uma articulação entre as várias instituições. Em Portugal propostas como a MEF (*Macroestrutura Funcional*) e o *Plano de Classificação para a Administração Local* são marcos essenciais para a promoção desta articulação.

A MEF “é uma representação conceptual de funções desempenhadas por organizações do sector público, concebida para servir de quadro de apoio à elaboração de planos de classificação funcionais”<sup>3</sup>. A MEF funciona como um esquema hierárquico de funções (estruturado por códigos), dividido em dezanove classes, desde Ordenamento Jurídico e Normativo até Administração da participação cívica, e cada uma destas classes é subdividida. A inovação da MEF é representar as funções (1.º nível) e subfunções (2.º nível) da informação, em vez de colocar em primeiro plano o serviço de origem. Isto permite que seja mais amplamente utilizada pelos serviços de arquivo públicos e que a identificação dessa informação seja uniforme, isto é, que siga uma terminologia controlada e padronizada, sendo um instrumento facilitador da interoperabilidade<sup>4</sup>.

O *Plano de Classificação da Informação Arquivística para a Administração Local* é um projecto em comum com vários municípios portugueses que visa aplicar a MEF à Administração Local, incluindo um terceiro nível relativo ao processo de negócio<sup>5</sup>.

Não nos podemos esquecer que a avaliação arquivística só pode funcionar como parte integrante da gestão dos sistemas de informação se houver uma uniformização/padronização de processos, de descrições, mas principalmente de decisões quanto à importância da informação. Ao longo do trabalho, verificámos que a tendência para a cooperação mais intensa entre instituições, no que toca à avaliação da informação arquivística não era apenas uma tendência nacional, mas também

---

<sup>3</sup> *Macroestrutura Funcional (MEF) – versão 2.0* (2013). Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB).

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> *Plano de Classificação da Informação Arquivística para a Administração Local – versão 0.2* (2014). Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB).

internacional, de que eram exemplos países como o Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Deste modo, a avaliação arquivística mostrou-se um tema actual, visto ser essencial para a gestão da informação que é criada hoje e da informação de ontem que está acumulada, assim como a informação de amanhã que rapidamente chegará e reclamará o seu espaço, num lugar cada vez mais exíguo.

O tema da avaliação da informação arquivística é de tal forma pertinente que são muitos os estudiosos que se debruçam sobre este tema. Temos o caso de Frank Boles e Luciana Duranti.

Frank Boles<sup>6</sup> e Julia Young defenderam, a partir do modelo de T. R. Schellenberg, um modelo de avaliação baseado em três categorias: valor da informação, custo de retenção de documentos, e implicações das recomendações relativas à avaliação. O objectivo era apresentar um modelo de avaliação mais sistemático em todo o processo. Em 1987, F. Boles<sup>7</sup> estudou os diferentes métodos de avaliação e o conceito de valor.

Duranti<sup>8</sup> discutiu o conceito de valor permanente desde a Revolução Francesa, confrontando a avaliação segundo a arquivística, a história e as questões judiciais. Mais tarde, Duranti<sup>9</sup> fez uma reflexão sobre a abordagem tradicional da avaliação, metodológica e prática, contrapondo questões teóricas como a atribuição do valor. Já em 1998, Duranti<sup>10</sup> defendeu que o princípio da proveniência, ao ser aplicado à avaliação, condiciona-a para o produtor e suas funções, numa visão hierárquica *topdown*. Segundo Duranti esta forma de avaliação não é eficaz porque, ao não ter em conta as

---

<sup>6</sup>Boles, Frank; Young, Julia M. (1985). Exploring the Black Box: the Appraisal of University Administrative Records. *The American Archivist*, 48: 2 (Spring 1985), p. 121-140.

Boles, Frank; Young, Julia M. (1991). *Archival Appraisal* (New York: Neal-Schuman, 1991), ix, p. 188.

<sup>7</sup>Boles, Frank (1987). Mix Two Parts of Interest to One Part of Information and Appraise Until Done: Understanding Contemporary Records Selection Processes. *The American Archivist*, 50 (Summer 1987), p. 356-368.

<sup>8</sup>Duranti, Luciana (1990). So? What else is new? The Ideology of Appraisal Yesterday and Today. In *Archival Appraisal: Theory and Practice: Proceedings of the Joint Meeting of the Association of British Columbia Archivists and the Northwest Archivists Association*, Vancouver, April 26-28, 1990. (Vancouver: Association of British Columbia Archivists, 1990), p. 1-14.

<sup>9</sup>Duranti, Luciana (1994). *The Concept of Appraisal and Archival Theory*. *The American Archivist*, 57: 2 (Spring 1994), p. 328-344.

<sup>10</sup>Duranti, Luciana (1998). *Diplomatics: New Uses for an Old Science*. Society of American Archivists and Association of Canadian Archivists in association with Scarecrow Press.

transferências de documentos entre serviços e instituições, não permite ter uma perspectiva societal.

Tivemos também o contributo de Hugh Taylor e Richard Cox. Em 1990, Taylor<sup>11</sup> desenvolveu o tema da avaliação da informação focada na constituição de um património documental para o futuro. Richard Cox<sup>12</sup> apresentou a Estratégia Documental, que consistia na análise global e contexto da produção do documento, e não apenas o documento de forma singular. Em 1994, apresentou outro artigo<sup>13</sup> em que discutiu a **Estratégia Documental** e apresentou novos princípios para a avaliação arquivística, como toda a informação documentada tem algum valor para o produtor e a sociedade, e a redução de fontes documentais pode dar-se por acidente, eventos naturais, o que pode provocar uma fragmentação da informação para o produtor e sociedade.

Terry Cook, Booms, Eastwood e Samuels foram fundamentais no que toca à avaliação arquivística, e foram referidos e analisados ao longo de todo o trabalho.

Quanto à metodologia de trabalho, começámos por referir a procura de bibliografia, que nem sempre foi fácil, tendo em conta que existem vários trabalhos sobre a globalidade da avaliação arquivística, a sua história e desenvolvimento, mas não tanto sobre os princípios especificamente. Deste modo, elaborámos uma lista que contivesse os principais princípios e conceitos associados como ponto de partida, de modo a compreender o que esteve por detrás da definição de distintos modelos de avaliação da informação arquivística.

Inicialmente, pensámos que seria mais intuitivo dividir o trabalho por países, de forma a dar uma perspectiva global da evolução da avaliação arquivística no panorama mundial. No entanto, verificámos que o trabalho ficaria desarticulado e pouco coeso, ao não ter unidade relativa aos modelos de avaliação arquivística. Concluímos

---

<sup>11</sup>Taylor, Hugh A. (1990). The Totemic Universe: Appraising the Documentary Future. In *Archival appraisal: Theory and Practice: Proceedings of the Joint Meeting of the Association of British Columbia Archivists and the Northwest Archivists Association*, Vancouver, April 26-28, 1990. (Vancouver: association of British Columbia Archivists, 1990), p. 15-29.

<sup>12</sup>Cox, Richard J. (1990). Archivists Confront a Changing World: Documentation Strategies, the Reformulation of Archival Appraisal and the Possibilities of Multi-Disciplinary Cooperation. In *American Archival Analysis: the Recent Development of the Archival Profession in the United States*. (Metuchen, N.J.: the Scarecrow Press, 1990), p. 291-303.

<sup>13</sup>Cox, Richard J. (1994). The documentation strategy and archival appraisal principles: a different perspective. In *Archivaria 38, The Journal of the Association of Canadian Archivists*, p. 11 – 36.

que seria mais eficaz se o trabalho se apresentasse segundo os modelos de avaliação arquivística. Deste modo, compreendemos não só a evolução por país, como as influências e a evolução contínua e convergente, como referimos mais acima.

Outra questão presente foi a articulação entre os princípios e os modelos apresentados, mas não foi possível relacioná-los sempre na medida em que há princípios comuns a modelos divergentes, bem como o contrário. Para além de termos tentado procurar distinguir os diferentes modelos, procurámos ainda identificar, quando possível, os princípios e os critérios, dentro de cada um, com vista à avaliação da informação arquivística.

O capítulo final, sobre o futuro da avaliação da informação arquivística, foi também um desafio na medida em que nos obrigou a ter em conta vários conceitos em simultâneo, mas não perder de vista o foco principal. O trabalho pende para a avaliação arquivística actual, a gestão da informação sistémica como um todo, a informação arquivística independente do seu suporte, que cada vez é mais diversificado, e por fim as necessidades crescentes de criação, selecção e eliminação de informação numa sociedade que funciona a um ritmo frenético.

Este trabalho pode funcionar como uma ferramenta de trabalho para investigadores e técnicos da área, de forma a poder colmatar algumas falhas na transmissão de informação sobre a avaliação da informação arquivística.

## 1. A AVALIAÇÃO COMO FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA - Princípios

A avaliação tem sido sempre uma questão incontornável da gestão da informação. Desde o final do século XIX que se intensificou a necessidade de debater o seu desenvolvimento e aplicação (Turner, 1992: 33, 34). No século XX, com a Segunda Guerra Mundial, a produção documental aumentou de forma exponencial, obrigando os arquivistas e instituições produtoras dos documentos a repensar a avaliação arquivística. Um pouco por toda a Europa e pela América do Norte ouviram-se pensadores: uns debruçados na questão da eliminação, como é o caso da Inglaterra, para quem o arquivista deveria ter um papel secundário até ao momento final da vida do documento, no qual se decide sobre a sua conservação permanente ou eliminação (distinção que tende, na actualidade, a esbater-se); outros, como a Alemanha, pensavam o arquivista como o actor principal da vida do documento, cooperando com as instituições produtoras e acompanhando de perto todo o ciclo de vida do documento, defendendo a conservação em detrimento da eliminação, numa perspectiva vocacionada para os investigadores (Kolsrud, 1992: 27-29, 34-36). No Canadá e nos Estados Unidos da América, a função da informação na sociedade tornou-se paulatinamente mais importante, conduzindo a uma perspectiva social, cuja crescente necessidade de informação obriga a que a avaliação seja repensada e actualizada de forma a suprir todas as necessidades de informação, sem correr o risco de perda ou acumulação desnecessária da mesma (Masqueio, 2007: 18).

Antes de começar a desenvolver o tema a que nos propusemos, é indispensável fazer uma pequena digressão sobre dois dos principais conceitos que são uma constante neste trabalho, sem os quais a compreensão do mesmo pode ser imprecisa: o conceito de **princípio** e de **critério**.

**Princípio** é uma palavra que deriva do latim *pincipiu*. Tinha o significado inicial de “começo, início de obra, entrada da matéria de um discurso, exórdio”. Mais tarde seria “aquilo que começa, fundamento, a origem”. Como em algumas palavras do latim, o seu plural, *principia* tem um significado diferente: os fundamentos, os princípios, a primeira linha, a frente do exército. Sendo assim, verificamos que desde sempre o conceito de princípio tem um carácter de “parede mestra, de mastro principal, linha pela qual se segue, base fundamental”. Deste modo os princípios da avaliação

arquivística são conceitos teóricos essenciais, pelos quais toda a avaliação arquivística se deveria guiar e desenrolar.

Em articulação com o conceito de princípio surge o conceito de critério. **Critério** vem do grego transliterado *kriterion* (κριτηριον, *criteriu* em latim, cuja raiz vem do verbo *krinw* [κρινω]), que significa “julgar, meter em julgamento, dividir, separar, distinguir, decidir, interpretar” (A. Bailly, *Dictionnaire Grec-Français*, Hachette, 1894). *Kriterion* significava “faculdade de julgar (no sentido filosófico), regra para discernir a verdade da mentira, critério, meio ou local onde se executa ou pratica a justiça, tribunal”. Chegou até nós pelo latim *criteriu*, que significava “raciocínio”, por via culta no séc. XVIII.

Temos, portanto, o conceito de princípio como base teórica, pedra basilar, de onde surge o conceito de critério, com aspecto prático, a regra que se impõe.

Do ponto de vista da Ciência da Informação, o *Dicionário do Livro*<sup>14</sup> define critério como “sinal que permite que se distinga, com fundamento, uma coisa de outra; raciocínio; juízo” e critério de arquivo como “expressão usada para designar a regra que permite avaliar se os documentos devem ser conservados ou rejeitados”.

Para Carol COUTURE avaliação “est, selon nous, l’acte de juger des valeurs que présentent les documents d’archives (valeur primaire et valeur secondaire) et de décider des périodes de temps pendant lesquelles ces valeurs s’appliquent aux dits documents dans un contexte qui tient compte du lien essentiel existant entre l’organisme (ou une personne) concerné et les documents d’archives qu’il (elle) génère dans le cadre de ces activités. (...) la fonction évaluation constitue le nœud dur de la discipline archivistique”<sup>15</sup>.

Para José Ramón Cruz Mundet “valoración es la fase del proceso de expurgo destinada a descubrir, apreciar, los valores inherentes a los documentos y su gradación.

---

<sup>14</sup>Faria, Maria Isabel; Pericão, Maria da Graça (2008). *Dicionário do livro – da escrita ao livro electrónico*. Lisboa: Almedina.

<sup>15</sup>Couture, Carol (1996). L’évaluation des Archives: état de la question. *Archives*. 28. 1. 1996-1997. p.3.

(...) se trata de apreciar el valor de los documentos de cara a establecer los critérios que rijan su destino”<sup>16</sup>.

Portanto, a avaliação é um processo baseado em princípios teóricos, que vão ser colocados em prática por critérios que permitam determinar o valor da informação e o seu devido encaminhamento, seja ele a conservação permanente ou a eliminação.

### **A avaliação arquivística**

A ciência da informação abarca a gestão de documentos, todavia diferencia-se arquivística da gestão de documentos como se se tratassem de diferentes áreas. A gestão documental é mais abrangente, pertencente às funções de assistentes administrativos/escriturários, enquanto a arquivística é mais específica, sendo os seus operadores os arquivistas, num contexto de conservação/preservação de documentos num arquivo intermédio para definitivo. A evolução da gestão da informação nas instituições tornou o sistema mais dinâmico bem como mais complexo, sendo a perspectiva inicial insuficiente e irreal na prática. A informação tende a ter uma vida variável e duração de utilização inconstante e intermitente. Sendo assim, torna-se incoerente separar dentro de um fundo os documentos pertencentes ao arquivo corrente ou ao arquivo intermédio, exigindo-se a gestão continuada da informação e numa perspectiva sistémica. Para além deste problema, outro se avizinha, o volume da informação acumulada e o espaço finito que o abarca. Por esta razão, é fundamental fazer uma selecção da informação a conservar da informação a eliminar, o mesmo é dizer, quando associados a um suporte, a selecção tem outras questões. Neste ponto, entra a avaliação. O facto de vivermos numa sociedade da informação leva a que se dê mais importância ao valor informativo, bem como o facto de o podermos dividir em valor de gestão e valor de património segundo as funções a que estão associados. Torna-se por isso pertinente reconstruir um modelo que se coadune com esta nova perspectiva da gestão da informação. Estarão os valores primário e secundário em causa? Qual será a dinâmica da avaliação se esta começar, como deve, desde o momento da produção do documento?

---

<sup>16</sup>Mundet, José Ramón Cruz (2001). *Manual de Archivística*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez.

Segundo a NP 4438-2, a avaliação faz parte de um regulamento de conservação da informação, cujas etapas são a determinação dos documentos a integrar no sistema de arquivo e determinação de prazos de conservação e eliminação. Isto é, a avaliação perde a sua identidade de etapa limitada no tempo do tratamento arquivístico da informação para passar a perdurar no tempo, devendo inscrever os seus princípios numa verdadeira Política da Avaliação da Informação. No entanto isto não invalida a existência de um tabela de conservação para determinar os períodos de tempo a respeitar para conservação e eliminação da informação. Em 2005, a *Biblioteca e Arquivo Nacionais do Quebec* elaborou a seguinte definição:

“A tabela de temporalidade é um instrumento que determina os períodos de utilização e os suportes de conservação dos documentos activos e semi-activos de um organismo e que indica quais documentos inactivos são conservados de maneira permanente e quais são eliminados. Contêm essencialmente directrizes de conservação que se aplicam a séries, por vezes documentos. De acordo com o artigo 7 da Lei sobre os arquivos, todo o organismo público deve estabelecer e ter actualizada uma tabela de temporalidade dos seus documentos” (Makhlouf, 2008: [9]).

### **Princípios da avaliação arquivística e teoria do valor**

A avaliação respeita certos princípios com abordagens variáveis segundo alguns autores. Carol Couture defende (Makhlouf, 2008: [4]-[5]):

- **o princípio dos arquivos representarem uma prova privilegiada de todas as actividades do conjunto da sociedade;**
- **o respeito pela objectividade e pela contemporaneidade do julgamento.** Para H. Booms este princípio é particularmente importante por se reportar à memória colectiva. É fundamental ter sempre em conta o valor de determinado documento para o espólio documental pertencente à memória de uma sociedade. Este documento tem um **valor arquivístico/histórico**, que deriva precisamente desse julgamento;
- **o respeito pelas relações** que unem a avaliação com as outras funções arquivísticas. Embora alguns autores discordem neste ponto, muitos autores consideram que a avaliação é uma etapa que pode ser simultânea a outras e, exactamente, como é influenciada pelas etapas precedentes, também influenciará todas as etapas seguintes.



Este ponto reclama a discussão sobre a avaliação enquanto processo contínuo desde o início da produção do documento. Relembro a noção de avaliação enquanto parte constituinte do regulamento de conservação arquivística da NP 4438-2 acima referida;

▪ **o respeito pelo equilíbrio entre finalidades da gestão e finalidades patrimoniais da avaliação**, isto é, consciência precisa entre valor primário (probatório) e valor secundário (informativo). O valor primário refere-se à gestão documental enquanto o valor secundário refere-se a fins patrimoniais. Carol Couture elaborou a teoria do valor, baseando-se também em Schellenberg: “O **valor primário** é a finalidade do documento de arquivo fundada sobre as suas utilidades primeiras, sobre as razões pelas quais existe. Trata-se, essencialmente, de prova administrativa, legal e financeira. O valor secundário é a finalidade do documento de arquivo fundada sobre as suas utilidades segundas ou científicas. O **valor secundário** está ligado à informação e ao testemunho que fornece o documento em relação à pessoa ou a um organismo que a criou ou recebeu, por um lado, e em relação à sociedade em geral, por outro lado” (Makhlouf, 2008: [5]). Schellenberg definiu em 1984: “Os valores inerentes aos registos públicos modernos são de dois tipos: **valor primário** para a gestão de criação, e **valor secundário** para outras solicitações e utilizadores. Os documentos públicos são gerados para realizar as finalidades para as quais um organismo foi criado: administrativo, fiscal, legal e operacional. Os documentos públicos, depois de preservados pela entidade produtora, são preservados numa instituição arquivística definida, porque têm um valor que existirá por um longo tempo, mesmo depois que cessam de ser do uso corrente e porque terão valores importantes para outros utilizadores que não os actuais” (Makhlouf, 2008: [2]). Fundamentalmente, a **Teoria do Valor** determina que o valor dos documentos está ligado às funções desses mesmos documentos. Sendo assim, outra questão se levanta sobre a organização da informação nas instituições, que, inicialmente orgânica, passou por um processo híbrido orgânico-funcional e agora gradualmente funcional. F. Ribeiro e A. Malheiro referem o Método Participativo de Conhecimento e Avaliação da Informação – pca-info, isto é “noção de responsabilidade partilhada, devendo, pois, ser desenvolvido de uma forma participativa e descentralizada, o que pode ser conseguido através 1.º do conhecimento dos produtos documentais pelos integrantes da própria organização geradora; 2.º de um processo de avaliação conjunta que os torne partícipes e co-responsáveis sobre o uso e o destino desses produtos

documentais; e 3.º de uma conscientização como um direito de cidadania”<sup>17</sup> (Malheiro, [s. d.]: 22): o nível A relacionado com uma estrutura orgânico-funcional, o nível B relacionado com as funções-meio, e o nível C englobando todas as outras informações acessórias/periféricas. Pensámos que a determinação do valor seria uma fase inicial do processo de avaliação, mas posteriormente seria necessário fazer uma segunda avaliação dos documentos para determinar em que nível estariam. Isto tornaria o processo de avaliação mais complexo, mas a recuperação de informação mais eficaz, para além de tornar a selecção/eliminação de documentos mais rápida e com o mínimo de risco. Mas aqui falámos apenas do parâmetro de avaliação **pertinência**, pois os parâmetros **densidade** e **frequência** são igualmente susceptíveis de serem comentados. Vejamos, o parâmetro frequência pode ter muito impacto na avaliação de documentos na medida em que, dependendo do tipo de arquivo/centro de documentação de determinada instituição, o número de vezes que um documento é utilizado pode significar a sua conservação ou não. A relevância da informação guardada pode ser maior do que a quantidade de vezes que é consultada, não só no caso de arquivo histórico devido à conservação da memória colectiva, como também em outras instituições. Embora tivéssemos pensado que seria relevante este parâmetro para uma gestão documental eficiente, só deveria ser tomado em conta após a determinação do valor do documento e posterior aplicação do parâmetro pertinência. O parâmetro densidade, a nosso ver, é relevante por tomar em conta a duplicação de informação. Se tomarmos em conta que a informação de arquivo é única, o facto de haver documentos em duplicado pode levar a confusões e principalmente a um aumento do volume documental que possivelmente não é suportável pela instituição produtora, sejam eles documentos físicos ou digitais, pois tanto o espaço físico como o espaço virtual são finitos;

▪ **o respeito pelo equilíbrio entre as considerações de criação e o contexto do uso.** Este ponto tem em conta a evolução da utilização/função do documento ao longo da sua vida (desde a produção até ao momento do conservação/eliminação). Terry Cook defende alguns outros princípios fundamentais, que embora não contradigam Couture, apoiam-se num aspecto mais dinâmico da gestão da informação arquivística. No entanto, como Couture, baseia-se também no arquivo enquanto meio de preservação de uma memória colectiva.

---

<sup>17</sup>Inojosa, Rose Marie (2000). Descentralização e racionalização. *Boletim do Arquivo*. São Paulo. 3:1 (Jan.-Jul. 2000) 78.

Segundo Terry Cook (Makhlouf, 2008: [4]):

- “a avaliação é um processo activo, sistemático e planificado”;
- a partir de uma investigação aturada baseada em critérios pré-definidos, o arquivista avalia os documentos;
- o arquivista, ao avaliar, tem conhecimento do contexto de criação do documento;
- a avaliação centra-se no valor dos documentos, não deve ser confundida com outras etapas;
- com a inexistência de uma teoria ou conceitos articulados que definam o valor dos documentos, nenhuma estratégia ou metodologia de avaliação será uniforme, pois é aplicada efectivamente e influencia todo o processo de tratamento arquivístico e gestão documental;
- a teoria da avaliação não deve ser confundida com outras teorias arquivísticas;
- a avaliação é subjectiva, e a determinação do valor do documento modifica-se com a passagem do tempo, mudança de lugar e cultura. Sendo assim, o propósito do arquivista é assinalar o passado, para que o futuro o conheça;
- o arquivista deve ser capaz de justificar, documentar e defender as suas decisões no que toca à determinação dos valores dos documentos com a máxima transparência.

Vemos que há uma profunda preocupação com a preservação da memória colectiva, mas que a gestão da informação tem de ser o mais dinâmica possível e a avaliação desempenha um papel importante para o sucesso da primeira. A subjectividade inerente à avaliação torna o processo mais complicado e é uma das principais preocupações dos arquivistas, e confrontando com a Teoria do Valor, a valorização de um documento em detrimento de outro poder levar a uma selecção preferível para uns em detrimento de outros, quando o que pode estar em causa é a perda de informação importante de determinada instituição ou aspecto da sociedade, e, consecutivamente, a perda da função primordial dos arquivos. Esta situação levanta também a discussão do desenvolvimento do papel dos arquivos na sociedade, assunto de suma importância, discutido por muitos especialistas da área.

## Teorias para a avaliação arquivística

Os critérios para que a avaliação arquivística seja o mais fiável possível são a **integridade** das séries de arquivos, a **autenticidade** dos documentos, a **singularidade** das unidades de arquivos, a **relação com outros documentos**, datas e lapsos (**antiguidade**), a **extensão**, **facilidade de utilização**, **facilidade de manipular** o documento no seu suporte actual e as **condições materiais** dos documentos. Temos portanto aspectos mais práticos, no que toca ao manuseamento do material, e aspectos mais de ordem intelectual, organização e inter-relação dos documentos.

Existem dois modelos teóricos:

- a **Teoria do Utilizador**, apresentada por Schellenberg;
- a **Teoria da Sociedade**, defendida por Terry Cook e Carol Couture.

O primeiro modelo preconiza o tratamento dos documentos por parte dos arquivistas conforme o seu valor informacional e probatório para utilização dos investigadores, enquanto o segundo modelo preconiza a preservação da história de uma sociedade, preservação da memória colectiva. Estes dois modelos interligam-se com a **Teoria do Valor**, mas também levantam a questão da selecção/eliminação dos documentos, pois parte dos arquivistas avaliar os documentos segundo um determinado propósito: preservar os documentos segundo o seu uso futuro na investigação ou ter em conta também muitos documentos que mostram a relação das instituições de uma determinada sociedade, bem como de vários outros aspectos relacionados com essa mesma sociedade. Aqui a tabela de temporalidade, referida há pouco, pode ter uma importância em maior ou menor grau, dependendo do modelo adoptado. Provavelmente, com o segundo modelo, seria de esperar uma preservação maior ou mesmo uma conservação permanente de determinada informação, que não teria inicialmente interesse em ser conservada.

Ainda em relação aos critérios, convém referir os que Carol Couture desenvolveu sobre o papel do arquivista e dos arquivos (Makhlouf, 2008: *passim*):

- os arquivos são a **prova das actividades da sociedade como um todo**;
- **nenhum juízo é completamente verdadeiro e suficientemente actualizado** à época em questão, seja ela qual for;
- o arquivista tem de **respeitar as ligações entre a avaliação e as outras etapas do tratamento arquivístico**, isto é, a avaliação tem de ser coerente com a organização, a descrição, entre outros processos arquivísticos, e a legislação;

- tem de haver um **equilíbrio entre as decisões administrativas e a herança/memória**;
- existência de **equilíbrio entre o contexto da criação do documento e o contexto** da sua utilização.

### **Estratégias para a avaliação arquivística**

Os critérios, a Teoria do Valor e, principalmente, os princípios da avaliação arquivística vieram dar azo à elaboração de várias estratégias para a avaliação arquivística. As principais são as seguintes:

- o **Plano Documental**, elaborado por H. Booms, cuja estratégia visa principalmente a conservação de documentos que evidenciem a história de determinada sociedade/memória colectiva, através da produção da informação das instituições da época. A investigação deve ser fundamentalmente histórica, baseando-se em duas fases principais: análise contemporânea dos documentos e identificação dos acontecimentos significativos cuja documentação deve ser conservada (Makhlouf, 2008: [5]);
- a **Estratégia Documental**, de H. Samuels, cujo objectivo é identificar e estudar exhaustivamente as funções de determinada instituição a partir da análise das funções de várias instituições e das funções dos departamentos de várias instituições (Makhlouf, 2008: [6]);
- a **Macro-avaliação** de Terry Cook é um mega plano que concilia o estudo das funções, actividades, missões, estruturas e produção documental da entidade produtora com o intuito de aumentar a dinâmica da gestão documental dessa instituição, formando uma rede de conexões (Makhlouf, 2008: [6]). Vemos aproximações a esta estratégia em Portugal no modelo do Porto e no novo paradigma da DGLAB (tentativa de verificar a viabilidade da aplicação da macro-avaliação ao contexto português)<sup>18</sup>;
- a **Micro-avaliação** de Eastwood passa do plano geral da instituição para a unidade-base (o documento) para, através do seu estudo exhaustivo, perceber a sua relação com a instituição no sentido de descortinar que utilizador o poderá solicitar. No entanto, esta estratégia não consegue passar da teoria à prática pela complexidade e duração do estudo aturado da informação de cada documento (Makhlouf, 2008: [7]);

---

<sup>18</sup>[http://adlra.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/13/2014/08/6\\_Relatorio\\_questionario1.pdf](http://adlra.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/13/2014/08/6_Relatorio_questionario1.pdf)

▪ a **Avaliação Integrada** por Carol Couture concilia as duas estratégias precedentes, tornando-as complementares. Elas seriam fases de uma mesma estratégia: “a elaboração da tabela de temporalidade deve necessariamente realizar-se em duas grandes etapas, que são a macro-avaliação e a micro-avaliação. Entende-se por **macro-avaliação** a primeira fase, em que o arquivista preocupa-se mais com as razões pelas quais o documento existe, mandatos e funções do criador, estabelecimento de prioridades por meio das quais as unidades administrativas a estudam. A **micro-avaliação** é a segunda fase, que se situa ao nível das operações e que visa julgar o valor primário e o valor secundário que apresentam os documentos arquivísticos, estabelecendo as regras de conservação que serão reagrupadas na tabela de temporalidade.” (Makhlouf, 2008: [7]).

A nosso ver, a estratégia de Carol Couture seria a mais pertinente, pois tem um campo de aplicação mais alargado e poderia ser adoptada por várias instituições diferentes. A estratégia informacional de H. Samuels, associada a esta estratégia, permitiria estabelecer uma rede interdepartamental e interinstitucional, que dinamizaria a gestão da informação e aumentaria a interoperabilidade. A abordagem de Carol Couture e H. Samuels seria mais de carácter funcional ou até sistémica, e a de H. Booms seria uma abordagem de carácter diplomático. A estratégia de Eastwood seria, a nosso ver, de estimativa de risco, na medida em que tenta prever se valerá gastar determinada quantia de dinheiro para conservar um documento que poderá ou não vir a ser necessário, independentemente do seu uso na altura, mas também teria em conta a abordagem geográfica, já que se centraliza num documento de determinado tema, possivelmente de determinada região.

## 2. MODELOS DE AVALIAÇÃO ARQUIVÍSTICA

O vasto crescimento da produção de documentos levou a uma rápida expansão da burocracia e serviços públicos durante e após a Primeira Guerra Mundial. Os corpos administrativos e os arquivistas foram forçados a considerar o problema com uma perspectiva mais determinada e séria. Os documentos de arquivo públicos modernos são um desafio para a investigação em si e, por isso, a destruição de informação é uma questão importante para o serviço prestado ao investigador. Isto levou a repensar-se o papel do arquivista, bem como a tomada de várias posições diversas: uma procura pelos critérios objectivos da avaliação arquivística; outra defende que os arquivistas não deviam fazer a avaliação de documentos.

### 2.1. Modelos Europeus

A avaliação arquivística teve uma grande expansão no período da Revolução Francesa com o surgimento da *Agence Temporaire des Titres* em 1794 (Turner, 1992: 32). A produção assaz volumosa de documentação, bem como a selecção de documentos para uso público, foram duas grandes questões com que os arquivistas da época se depararam. A avaliação era incipiente, baseando-se na eliminação dos duplicados ou documentos de valor limitado ao seu momento de produção, guardando provas de documentação (Turner, 1992: 29). No entanto, já no século XII existia alguma noção de avaliação arquivística com o surgimento dos registos papais que limitavam a acumulação de documentação a partir da sua destruição. Na Itália do século XIII, surgiu o direito dos cidadãos ao acesso à informação segundo a perspectiva democrática (Turner, 1992: 31, 32).

A discussão teórica sobre a avaliação arquivística começou com os arquivistas alemães, mas com a colaboração de arquivistas franceses e italianos. A questão mais importante era a justificação e a fundamentação teórica para a eliminação de documentos de arquivo. Por um lado, defendia-se a avaliação da informação de arquivo como consequência natural da prática arquivística, por outro lado defendia-se que não existia bases teóricas para justificar a eliminação de informação de arquivo.

Consequentemente, os **princípios da pertinência e da proveniência** também foram matéria de divergências (Turner, 1992: 10-28). A maior parte dos arquivistas

defendia um princípio conciliador destes dois princípios. No entanto, a avaliação arquivística tem sido sempre objecto de debate e discordância entre arquivistas. A necessidade de um documento-padrão para a realização da avaliação da informação arquivística tem sido mais sentida desde a segunda metade do século XX. A noção de selecção da informação arquivística também se alargou, na medida em que o conceito de valor documental foi tido em conta, isto é, a selecção e a eliminação da informação arquivística dependia do valor arquivístico que possuía em vez de depender da sua utilidade (Turner, 1992: 31).

### Alemanha

Na Alemanha, o **valor histórico** esteve no centro do desenvolvimento da avaliação arquivística. No entanto, a teoria e a prática não se conjugavam na totalidade, o que intensificava a discussão sobre a avaliação da informação arquivística. Os historiadores-arquivistas defendiam sobretudo o **princípio da pertinência**, tendo em conta a avaliação do valor histórico (*Segundo Congresso dos Arquivos Alemães*, Dresden, 1900) (Turner, 1992: 35). Já na segunda metade do século XX, Fritz Zimmerman defendeu que a parte crucial era saber qual o valor da informação, se possuía ou não significado para nós, isto é, a objectividade da atribuição de um valor à informação dependia das necessidades e valores da sociedade, pelo que a importância da informação contida nos recursos informacionais seria a base da avaliação dos mesmos (*35.º Congresso dos Arquivos Alemães*, Koblenz, 1957) (Turner, 1992: 43). Para os arquivistas alemães, a avaliação da informação também tinha um carácter principal de preservação, tendo em conta as necessidades dos futuros investigadores. Porém, tanto a visão francesa como a visão alemã davam demasiado enfoque à investigação histórica. A arquivística alemã sempre se apoiou mais na preservação da informação do que na sua destruição, muito pelo facto de ter seleccionado, desde muito cedo, a informação para preservação permanente. Por exemplo, na região da Prússia, desde 1833 havia prazos para a selecção e destruição de documentação. Mais tarde, em 1858, saiu um decreto que determinava que os arquivos da região deveriam ser notificados quando uma instituição fosse realizar a selecção e a destruição de documentos, embora não tenha surtido grande resultado (Kolsrud, 1992: 30). Na região



da Baviera, até 1897, prevaleceu a ideia de que os arquivistas tinham a responsabilidade de seleccionar os documentos a preservar. Em 1926, Karl Otto Müller defendeu que a avaliação arquivística era uma questão crucial dos arquivos, e que esta função nunca deveria pertencer ao corpo administrativo de uma instituição (Kolsrud, 1992: 30). Os arquivistas teriam de ser consultados desde as primeiras etapas para decidirem sobre o valor do documento (informação) ou a possibilidade de ser eliminado. Müller defendeu que “o que não é para preservar, nunca deve entrar num arquivo” (Kolsrud, 1992: 30), que não é a visão sistémica actual. Mais tarde sugeriu algumas indicações entre as quais a distinção entre **autoridade central**, **autoridade intermédia** e **autoridade local**, sendo que actualmente admite-se que corpo administrativo central e intermédio criam os documentos com maior valor arquivístico, enquanto, no local, os documentos têm menor valor arquivístico. A distinção defendida por Müller também subentendia uma maior coordenação entre estas três autoridades, o que mais tarde resultaria numa situação complicada para a arquivística alemã, quando documentos nacionais alemães de grande importância foram levados para a prisão Tegel de Berlim para serem destruídos, até que um guarda prisional os guardou. A consequência deste episódio foi a elaboração de calendários pelo Ministério da Justiça Prussiano para a selecção de documentos com prazos de um, cinco, dez, vinte ou trinta anos. O decreto de 12 de Dezembro de 1927 determinou que os arquivos deveriam elaborar um plano para rever todos os documentos dos ministérios prussianos e seleccionar o que fosse considerado de valor permanente, tarefa que teria ciclos de dez anos. Isto levou os arquivistas alemães a repensar os princípios em que se baseavam para proceder à avaliação de documentos, tendo um ponto culminante, em 1937, com o *Encontro Anual de Arquivistas Alemães*, em Gotha. Aqui, Heinrich Otto Meisner sugeriu que os corpos administrativos das instituições deveriam proceder à revisão dos seus próprios documentos a cada cinco anos e eliminar os documentos de que já não precisavam, mas que seriam as autoridades ligadas aos arquivos que procederiam à selecção e eliminação desses documentos após uma análise aturada. Para tal formulou três regras básicas para a avaliação arquivística: a regra da idade, do conteúdo e da hierarquia do corpo administrativo. Na primeira regra verifica-se a antiguidade do documento, tendo a Alemanha delimitado o ano 1600, embora seja uma escolha arbitrária. A segunda regra impunha a preservação de documentos que contivessem informação sobre instituições permanentes enquanto os documentos auxiliares de valor limitado à sua produção, tal como registos estatísticos, entre outros, poderiam ser eliminados. Na terceira regra, Meisner adaptou a distinção de

autoridades central, intermédia e local de Müller, defendendo que quanto mais local for a autoridade menor seria o valor dos documentos, e que o valor dos documentos produzidos pela autoridade intermédia dependia do grau de auto-suficiência para decidir sobre os documentos. A avaliação não sofreu alterações até ao *Encontro Anual dos Arquivistas Alemães* em Koblenz, em 1957, no qual Georg Wilhelm Sante e Wilhelm Rohr reavivaram as ideias de Müller e Meisner (Turner, 1992: 43).

Na arquivística alemã, Karl Otto Müller propunha ideias diferentes de Jenkinson. As principais diferenças prendem-se com o papel do arquivista na produção do documento, isto é, para a tradição britânica, o arquivista teria um papel passivo durante esta etapa, enquanto para a tradição alemã o arquivista devia actuar desde a produção do documento. Para a arquivística alemã o objectivo principal era a conservação, já a britânica tinha como fim principal, como referi anteriormente, a selecção e eliminação da documentação. Na década de 1920, procedeu-se a uma inventariação em massa da documentação. Heinrich Otto Meisner propôs que se mantivesse de cinco em cinco anos, tendo como critérios principais o **conteúdo**, a **idade dos documentos**, e a **organização hierárquica dos serviços da instituição produtora** (Turner, 1992: 41).

Entre 1920 e 1940, assistiu-se à formulação de vários princípios, que visavam auxiliar o arquivista na sua acção profissional, mas que refletiam as questões da sociedade da altura. Hans Booms defendeu que deve ser o arquivista a atribuir um valor à informação, e não o investigador ou o administrador da instituição produtora, situação semelhante à inglesa. No artigo *Gesellschaftsordnung und Überlieferungsbildung. Zur problematik archivalischer Quellenbewertung*, de 1972, Booms referia que o arquivista devia seleccionar a informação de forma a criar um património significativo para a sociedade, para ser possível conservá-la fisicamente e proteger a sua utilidade, isto porque um documento só se considera de conservação permanente quando é assim apreciado pela sociedade e pelas questões culturais. Booms defendia que a sociedade, enquanto causa da produção e conservação dos documentos, tinha o papel principal na avaliação da documentação. Sendo assim, era a partir dela que o arquivista se deveria para proceder à atribuição de um valor à documentação avaliada (Masqueiro, 2007:14).

Em 2005, Robert Kretzschmar apresentou o artigo *Archival Appraisal in Germany: A Decade of Theory, Strategies, and Practices*<sup>19</sup>, no qual fez uma análise sobre a posição do grupo de trabalho da *Association of German Archivists (Verband deutscher Archivarinnen und Archivare)* sobre a avaliação arquivística na República Federal da Alemanha, comparando-a com a macro-avaliação aplicada no Canadá, e fazendo uma reflexão sobre o futuro da avaliação arquivística na Alemanha.

## Espanha

Espanha, seguindo a tradição europeia, tem um historial de eliminação de documentos desde o século XIX.

Ainda no século XIX, o *Ministerio de Gracia y Justicia* decretou que fossem destruídos todos os documentos considerados inúteis. Mais tarde, em 1911, outro decreto previu a destruição de arquivos judiciais de forma controlada. Em 1917 definiram-se os documentos com valor histórico. Fundou-se a *Junta de Selección y Expurgo*, que tinha como função seguir um sistema de eliminação de documentação levada a cabo por um arquivista. No entanto, não se tem registo da quantidade de documentos eliminados nem os critérios utilizados, provavelmente porque estes não existiam (Martorell, 2010: 38).

Em 1927, uma ordem real de 30 de Março criou um conjunto de juntas de selecção apoiadas nos arquivos municipais existentes. Os documentos relativos à guerra civil, a partir de 1942, foram também alvo de eliminação (Martorell, 2010: 39).

A década de 1960 foi marcada pela criação do *Arquivo Geral da Administração* (1969). O objectivo deste projecto era gerir os documentos da administração desde a sua criação até à passagem para o arquivo histórico. Isto facilitaria a gestão da informação no que tocava aos serviços administrativos (Martorell, 2010: 39).

As mudanças políticas e sociais da década de 1980 levaram a uma definição das regiões autónomas, com consequência também para os serviços administrativos e arquivos. Com um aumento de profissionais formados, a *Administración Pública*

---

<sup>19</sup>Kretzschmar, Robert (2005). *Archival Appraisal in Germany: A Decade of Theory, Strategies, and Practices*. *Archival Science* (Dezembro de 2005), Vol. 5, Tema 2-4, p. 219.

incorporou nos seus serviços de arquivo jovens profissionais com uma mentalidade diferente relativa à arquivística. Estes profissionais foram incumbidos, de entre outras tarefas, de avaliar documentos produzidos entre 1940 e 1970. Para este efeito foram criados novos documentos, o que levou ao aumento destes. Em 1985, foi criada a *Lei do Património Histórico Espanhol*, que visava a existência de comissões de classificação para avaliar documentos. Todavia, a criação destas comissões aconteceu apenas em 2000, havendo algumas normas e regulamentações para orientar as regiões autónomas (Martorell, 2010: 39).

Actualmente, Espanha tem vários problemas relacionados com a falta de padronização, uniformização e cooperação entre estes vários serviços, devido à falta de recursos humanos, volume de trabalho, burocracia, entre outras questões. As comissões continuam a ser muito importantes, suportando a maior parte do trabalho arquivístico. Existem as *Jornadas Archivando* que, em 2013, abordaram o tema da avaliação arquivística<sup>20</sup>.

## França

Os *Archives Nationales de France* (ANF) descrevem o conceito *évaluation* como: “fonction archivistique fondamentale préalable à l’élaboration d’un tableau d’archivage visant à déterminer l’utilité administrative, l’intérêt historique et le traitement final des documents”<sup>21</sup>.

Antes da Revolução Francesa havia uma avaliação da informação, porém rudimentar. A documentação era eliminada normalmente segundo uma perspectiva administrativa. Havia também alguma abertura em certos países europeus, como a Itália no século XIII, no que tocava ao acesso a registos por parte dos seus cidadãos como parte dos seus direitos (Turner, 1992: 31). Mas até à Revolução Francesa não existia o conceito de avaliação arquivística. Alguns estudiosos defendem que a democracia foi propulsora da evolução da arquivística na medida em que preconizava o livre acesso à informação por parte dos cidadãos do país. Certos marcos históricos espelham este desenvolvimento como é o caso do início da administração nacional de arquivos

---

<sup>20</sup>[http://archivofsierrapambley.files.wordpress.com/2014/02/master\\_actas\\_2013\\_new2.pdf](http://archivofsierrapambley.files.wordpress.com/2014/02/master_actas_2013_new2.pdf)

<sup>21</sup>*Dictionnaire de terminologie archivistique* (2002). Paris: Direction des Archives de France.

públicos, a responsabilização do governo no tratamento da herança documental, e o princípio do acesso público. Estas três situações convergiram na centralização da administração dos arquivos, levando à necessidade de uma padronização e discussão sobre a ciência arquivística, ainda longe da ciência da informação.

No século XIX, o objectivo fundamental do arquivista era fazer o inventário e a conservação dos documentos da administração de uma instituição. Esta inventariação e conservação eram levadas a cabo após a administração as terem indicado, e não por iniciativa do arquivista. Havia um sistema designado “TRI”, que organizava a eliminação de documentos, mas não tinha em consideração a estrutura dos fundos, isto é, a sua **unidade, organização interna e proveniência** (Masqueiro, 2007: 19). Neste período, não só contribuiu a produção documental (informação) durante a Revolução do século XVIII e as Guerras Napoleónicas, como também a falta de eliminação da documentação por atraso na avaliação.

As Guerras Napoleónicas, o fervor do nacionalismo que se espalhava pela Europa e o interesse cada vez maior pela investigação histórica como meio de engrandecer a história e cultura de cada país, levaram a novas conquistas na avaliação arquivística. A incorporação de historiadores na arquivística veio aprofundar o estudo sobre o valor histórico dos recursos informacionais (Turner, 1992: 33, 34).

No final da primeira metade do século XIX, discutiu-se o conceito de valor da informação e, paulatinamente, outras disciplinas, como a história, a paleografia, a arte, entre outras, passaram a estar relacionadas com a avaliação da informação, tendendo para a conservação permanente. Já no século XX, o governo francês estabeleceu que a maior parte dos documentos público seriam conservados, sendo a eliminação a excepção. A avaliação arquivística passou a ter o objectivo sobretudo de preservação (Turner, 1992: 34).

Para uniformizar a legislação/normas relativas à avaliação, criou-se, pelo decreto de 21 de Julho de 1936, a *Direction des Archives de France*. O decreto consistia na criação de prazos para transferência (só poderia ser feita após a conclusão da avaliação), eliminação e avaliação, elaborando tabelas de eliminação com o aval dos ANF. Sendo assim, o arquivista passou a ter o papel principal no mundo da documentação. Decretos como o de 1936 tornaram-se obsoletos com a explosão de produção documental depois da Segunda Guerra Mundial. Para tentar colmatar o problema seguiram-se os princípios da **transferência obrigatória de documentos administrativos** e da **não eliminação de documentos que já não fossem de uso**

**corrente** (Masqueiro, 2007: 19). Nas décadas de 1950 a 1970, foram criadas varias instituições com o intuito de tratar os documentos de modo arquivístico. A par disto havia muita discussão teórica sobre a eliminação da informação, evoluindo para o conceito de **Ciclo de Vida dos Documentos**. A “gestão documental” passou a ser uma importante matéria nos serviços administrativos. No entanto, até à década de 1970, a arquivística continuava a ser muito vocacionada para a classificação e restauro de documentos (Masqueiro, 2007: 20).

Foi neste momento que Michel Duchein surgiu, defendendo que a avaliação não devia estar limitada ao arquivo permanente, mas ser um processo contínuo, cujo principal interveniente deveria ser o arquivista (Masqueiro, 2007: 20). Ao seu lado, Pierre Boisard e Yves Pérotin, muito influenciados por Schellenberg e pela Comissão inglesa Grigg, defenderam uma avaliação contínua desde a criação do documento. Importa sublinhar que Boisard defendia que a aquisição dos documentos pelos ANF deveria ser feita após a avaliação dos mesmos. Pérotin, por sua vez, elaborou uma espécie de gráfico mental que representava a altura da intersecção entre o **valor administrativo** e o **valor histórico**, isto é, o momento no qual a diminuição do valor administrativo cruzava o aumento do valor histórico, com o avançar da idade do documento. A nosso ver, este modelo tem na base a Teoria do Valor (Masqueiro, 2007: 20).

A estrutura da arquivística francesa colocou a avaliação no arquivo corrente e no arquivo permanente. Num primeiro momento, a avaliação deveria tomar em conta as necessidades da entidade que detinha os documentos; num segundo momento, a avaliação seria realizada pelos ANF. Neste contexto, surgiu a Lei de 3 de Janeiro de 1979, que veio regularizar e uniformizar definições, regulamentações, tutelas, responsabilidades e princípios legais ligados à avaliação e conservação de documentação de arquivos públicos e privados (paradigma custodial). Tomamos esta abordagem como sistémica (Masqueiro, 2007: 21).

Em 1974, a *Agence Temporaire des Titres* pretendia classificar os recursos, então designados documentais, como úteis, históricos, títulos feudais e sem utilidade (Turner, 1992: 32). Os primeiros eram conservados permanentemente nos arquivos nacionais; os segundos eram conservados para investigação; os terceiros e quartos eram eliminados. No entanto, a então avaliação dos documentos era influenciada pelos interesses políticos. Em 1976, o *Bureau du Triage des Titres* foi fundado para controlar a selecção de documentos, que parecia abusiva em relação à eliminação de títulos

feudais não tomando em conta o valor inerente ao documento. A partir daqui, também surgiu uma maior consciência e consequente discussão sobre o conceito de valor.

A arquivística francesa seguiu a **Teoria do Ciclo de Vida do Documento**, o princípio do respeito pelo fundo, e os ANF continuaram a ser os órgãos principais no que respeita à eliminação e avaliação de documentação.

Actualmente, para proceder à avaliação, os ANF recorrem a inquéritos para perceber a estrutura da entidade produtora e a informação a avaliar. Daqui resulta uma tabela de selecção para o serviço ou organismo. Este trabalho é feito com base administrativa em colaboração com os arquivistas, a direcção dos ANF e a administração central dos ministérios.

### Holanda

Três nomes são essenciais para caracterizar a arquivística holandesa: Johan Feith, Robert Fruin e Samuel Muller. A *Associação de Arquivistas Holandeses* e os *Arquivos Nacionais da Holanda* têm um documento normativo (*O Manual dos Arquivistas Holandeses*, 1898), que estabelece o respeito pelos **princípios da proveniência** e da **ordem original** numa perspectiva administrativa. Este manual debruçava-se pela organização e descrição documental, mas não abordava concretamente a avaliação e a selecção de documentos. A organização respeitava a estrutura da entidade produtora (Masqueiro, 2007: 23).

Com o advento da tecnologia, estes princípios tornaram-se obsoletos e eram necessárias novas directrizes para guiar a avaliação de documentos. O arquivista holandês G. Panhuysen, baseando-se na teoria da macro-avaliação, propôs o estudo prévio da história, estrutura e inter-relações da entidade produtora de maneira que o arquivista pudesse perceber como e que documentos são produzidos (Masqueiro, 2007: 24).

A existência de documentação fora do sistema nacional de arquivos, a falha na transferência de documentação e a consequente inexistência de tratamento arquivístico levaram à tomada de medidas mais radicais como a transferência de documentos para o arquivo nacional ou arquivos regionais ao fim de vinte anos, em vez de cinquenta anos (Masqueiro, 2007: 25). Nesta sequência, foram também usadas a consultoria e a inspecção, incluindo práticas de eliminação e transferência de documentos.

A perspectiva holandesa define que um documento só deve ser conservado quando é provado que tem valor para a sociedade em questão. A documentação deve ser o espelho da relação entre o Governo e a sociedade, devendo haver informação suficiente disponível para reconstruir esta relação.

Na década de 1990, foi criado o *Project for Implementation Reduction Transfer-period* ou PIVOT (Masqueiro, 2007: 25). O objectivo deste projecto consistia na organização e inter-relação entre os departamentos governamentais no que toca às actividades desenvolvidas. Era também uma perspectiva societal na medida em que os departamentos governamentais aparecem como parte integrante da sociedade. O documento só seria considerado com valor quando tinha uma função na sociedade. A análise documental era secundária, e o objecto da avaliação era a função/actividade, tendo em conta leis/regulamentos, políticas, entre outros. Em última análise, o objectivo do projecto era também promover a colaboração entre as instituições de forma a não haver duplicação de funções. A avaliação poderia ser retrospectiva (relativa às funções administrativas e criação do documento) e prospectiva (relativa ao futuro da arquivística, descrição de documentos) (Masqueiro, 2007: 26).

### Noruega

Os países nórdicos, como é o caso da Noruega, tiveram influência da Inglaterra pelo sistema de *Grigg* e, naturalmente, da Alemanha pela ocupação durante a década de 1940 (Kolsrud, 1992: 29). No entanto, esta ocupação também teve como consequência a desorganização e eliminação de uma parte significativa de documentos. Devido à situação financeira delicada que a Noruega e toda a Europa estavam a passar causada pela Segunda Guerra Mundial, o sistema de reutilização de papel difundiu-se.

Na Noruega, o *Grigg Report* teve uma importância primordial a partir da sua introdução neste país, em 1961, ano em que também foi fundada a *Instrução de Arquivos*, que dava orientações sobre a “gestão documental” em ambiente de arquivo (Kolsrud, 1992: 29, 30).

Alguns aspectos da história norueguesa assemelham-se à história inglesa, como é o caso da Segunda Guerra Mundial e a ocupação alemã na década de 1940, tendo como consequência a desorganização dos arquivos. Devido à difícil situação económica que a Noruega atravessava na altura, mediada por esta guerra, a utilização do papel



tornou-se uma fonte de receita, uma vez que podia ser vendido através da sua exportação. Em 1948, uma campanha com o intuito de promover a recirculação de papel já tinha surtido efeito com a aquisição e venda de numerosas toneladas de papel. Muitos documentos, desde 1850, desapareceram. O *Arquivo Nacional da Noruega* só mais tarde teve conhecimento desta perda irreparável e tentou colmatar esta falha (Kolsrud, 1992: 29).

A *Instrução de Arquivos* levou a cabo um sistema da redução de documentos em três etapas para documentos posteriores a 1945, embora a quantidade de documentos anteriores à Segunda Guerra Mundial fosse abundante. A primeira etapa consistia na racionalização da criação de documentos, isto é, em evitar a criação de um documento sem utilidade. A segunda etapa, seguindo parcialmente o modelo inglês de 1958, consistia na revisão dos documentos pelo próprio corpo administrativo após cinco anos da criação do documento. Em caso de dúvida em relação ao valor histórico, o *Arquivo Nacional* seria consultado, o que difere da teoria inglesa que não permite a avaliação histórica passados apenas cinco anos. A terceira fase teria lugar vinte anos depois com o apoio de um arquivista. Para que este sistema fosse posto em prática era intenção a formação avançada de muitos funcionários e a construção de edifícios preparados para receber estes documentos. No entanto, esta construção só terminou em 1978, situação problemática para as instituições que até então tinham ficado com os documentos. Em 1988, os corpos administrativos passaram a ser obrigados a consultar previamente o *Arquivo Nacional* para destruir documentos (Kolsrud, 1992: 29, 30).

### 2.1.1. A Avaliação da Informação em Portugal

O órgão em Portugal que tem feito um trabalho contínuo no que toca à avaliação arquivística é a Direcção Geral do Livro, dos Arquivos e da Biblioteca<sup>22</sup>, assim como os organismos que lhe antecederam.

Ao nível das leis<sup>23</sup>, temos o Decreto-Lei n.º 447/88 e a Portaria n.º 192/2012. Temos ainda um documento orientador para auxiliar no processo de avaliação fornecido

---

<sup>22</sup><http://arquivos.dglab.gov.pt/servicos/consultorias/faqs/#C3>

<sup>23</sup>“Os diplomas que regulam a avaliação, seleção e eliminação de documentos são o Decreto-Lei n.º 447/88, de 10 de Dezembro, e o Decreto-Lei n.º 121/92, de 2 de Julho, complementados pelo Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 93/2007, de 29 de Março, e pela Portaria n.º 372/2007,

pelo IANTT: *Orientações para a elaboração e aplicação de instrumentos de avaliação documental: portarias de gestão de documentos e relatórios de avaliação*. O Decreto-Lei nº 29/72 de 24 de Janeiro foi substituído pelo Decreto-Lei nº 447/88 de 10 de Dezembro, que determina a pré-arquivagem dos documentos produzidos por instituições públicas. Mais tarde foi criado, no âmbito do Regime Jurídico dos Arquivos, o Decreto-Lei nº 121/92 de 2 de Julho, que procurava uniformizar as séries documentais e a sua conservação e eliminação. O objectivo deste decreto-lei era tornar o fluxo documental mais eficaz de forma a facilitar a recuperação de informação dos documentos produzidos e recebidos pelas instituições públicas.

Segundo a Portaria nº 372/2007, 30 de Março, a DGLAB, então DGARQ, tinha obrigatoriamente de ter conhecimento e decidir sobre o destino da documentação avaliada, em cooperação com o serviço de arquivo que despoletou a acção de conservação<sup>24</sup>. Aquando da eliminação de documentação produz-se um auto de eliminação. Estas acções teriam de vir referidas na PGD (Portaria de Gestão de Documentos)<sup>25</sup> e no Relatório de avaliação<sup>26</sup>.

Portugal tem seguido a **Teoria das Três Idades**. Os prazos de conservação e gestão documental são aplicados pelo arquivista, e definidos em diploma próprio. No entanto as instituições têm um grande défice de profissionais qualificados e a normalização/uniformização de práticas ainda não é ideal. Apostas como a MEF e o *Plano de Classificação da Informação Arquivística para a Administração Local* têm

---

de 30 de Março.” Disponível no site da DGLAB: <http://arquivos.dglab.gov.pt/servicos/consultorias/faqs/#C3.5>

<sup>24</sup>“De acordo com a Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho, art. 3.º, alínea k), a DGLAB emite obrigatoriamente parecer vinculativo sobre o destino final da documentação em sede de portaria de gestão de documentos e sobre propostas de conservação e eliminação de documentos.” <http://arquivos.dglab.gov.pt/servicos/consultorias/faqs/#C3.5>. Assim não acontece com todas as portarias, por exemplo, na Portaria nº 412/2001, alterada pela Portaria nº 1253/2009 sobre o Regulamento de avaliação arquivística da Administração Local, não cabe à DGLAB a emissão de parecer vinculativo.

<sup>25</sup> “Uma Portaria de gestão de documentos é um diploma legal, aprovado conjuntamente pelo Secretário de Estado da Cultura e pelo Ministro que tutela a entidade, publicado em Diário da República, que formaliza as decisões de avaliação arquivística e autoriza eliminações de documentos/informação. É constituída por um preâmbulo e por um regulamento de gestão de documentos, com anexos (tabela de seleção de documentos e modelos de auto de entrega, guia de remessa e auto de eliminação).” Decreto-Lei n.º 447/88. <http://arquivos.dglab.gov.pt/servicos/consultorias/faqs/#C3a.2>

<sup>26</sup>“O Relatório de avaliação é um dispositivo que visa a determinação do valor arquivístico da documentação acumulada ou não contemplada em Portaria de gestão de documentos, tendo em vista a fixação do seu destino final: conservação permanente ou eliminação.” <http://arquivos.dglab.gov.pt/servicos/consultorias/faqs/#C3b.1>

vindo a desempenhar um papel importante para a cooperação e uniformização/padronização de procedimentos, classificações e descrições, e, muito provavelmente, para a redefinição de princípios ou, pelo menos, de critérios para a avaliação da informação arquivística da administração pública (Silva, [s. d.]: *passim*).

Para auxiliar e uniformizar o processo de avaliação, foi elaborada uma ferramenta: a tabela de selecção. A tabela de selecção<sup>27</sup> permite que o arquivista tenha um guia para aplicar os prazos necessários de conservação e a altura em que o documento, quando não é de conservação permanente, pode ser eliminado. A tabela deve identificar principalmente o código de referência, o prazo de conservação administrativa e o destino final. Esta tabela coexiste com os autos de entrega, os autos de eliminação, as guias de remessa e os relatórios de avaliação, que permitem controlar a avaliação.

Os relatórios de avaliação devem seguir certas linhas reguladoras:

- “1. descrição dos objetivos;
  2. metodologia de trabalho utilizada;
  3. contextualização do universo documental avaliado (caracterização orgânico-funcional, caracterização do sistema de arquivo, história custodial / arquivística);
  4. proposta de tabela de seleção de documentos que consigne e sintetize as disposições emergentes da avaliação efetuada;
  5. modelos de auto de entrega, de guia de remessa e de auto de eliminação;
  6. plano de intervenção sobre a documentação de conservação permanente. Em anexo, devem constar as folhas de recolha de dados aplicáveis, legislação, planos de classificação ou outros instrumentos de descrição relativos à documentação avaliada”.
- Em relação à elaboração e aprovação do relatório, as etapas são as seguintes: “definição da metodologia de trabalho e, preferencialmente, constituição de uma equipa de projeto; investigação preliminar (estudo do contexto da produção documental; caracterização do sistema arquivístico e da história custodial e arquivística); preenchimento das folhas de recolha de dados (FRD) com os elementos relativos à organização e caracterização da documentação, bem como justificativos das propostas de conservação/eliminação

---

<sup>27</sup> “Uma tabela de seleção é o anexo que contém a estrutura de classificação, identifica os documentos produzidos (série/subsérie), o seu âmbito e conteúdo, define os seus prazos de conservação administrativa e determina o seu destino final (conservação ou eliminação). Pode ser parte de um regulamento constante de uma Portaria de gestão de documentos ou de um relatório de avaliação.”  
<http://arquivos.dglab.gov.pt/servicos/consultorias/faqs/#C3a.4>

apresentadas (prazos de conservação e destino final); preparação do relatório de avaliação para submissão a parecer da DGLAB; apreciação da DGLAB com emissão de parecer vinculativo (Portaria nº 372/2007, 30 de Março, ainda com o nome DGARQ); aplicação da decisão pela entidade”<sup>28</sup>.

A seguir referimos as principais teses apresentadas sobre avaliação arquivística.

Em 2008, Susana Bicho publicou na Universidade de Évora a tese *Divórcio entre a legislação e a prática no contexto de avaliação, selecção e eliminação de documentos nas Autarquias Locais*.

No mesmo ano, Elsa Cristina Bento publicou na Universidade Nova de Lisboa o relatório de mestrado *Pontos fortes e pontos fracos da metodologia da DGARQ (Direcção-Geral de Arquivos) para avaliação de documentação acumulada: o caso do jornal "O Século"*.

Em 2010, Paula Carvalho apresentou a tese intitulada *Avaliação da documentação arquivística do Instituto do Cinema e Audiovisual, I.P.*<sup>29</sup>, que abordava a alteração da Portaria nº 1174/2005, de 21 de Novembro (Regulamento Arquivístico), devido a alterações feitas no mesmo instituto em relação à gestão documental. Deste modo, o instituto, com o apoio da DGARQ, iniciou um projecto com o intuito de reavaliar a documentação e, consecutivamente, a elaboração de uma nova tabela de selecção.

No mesmo ano, João Costa apresentou a tese *Critérios de atribuição de prazos de conservação e destinos finais para as séries documentais das funções-meio*<sup>30</sup>, que pretendia actualizar a tabela de selecção, publicada em 2007 pela Direcção-Geral de Arquivos, de forma a funcionar não só como uma ferramenta para a elaboração de documentos normativos para a gestão documental, como é o caso das portarias, mas também da arquivística portuguesa. O enfoque está nos prazos de conservação e nos destinos finais de séries documentais. A atribuição de prazos e destinos finais devem basear-se na legislação e nos procedimentos administrativos das instituições, e, por consequência, o critério do valor secundário é insuficiente. Deste modo, introduz-se o

---

<sup>28</sup><http://arquivos.dglab.gov.pt/servicos/consultorias/faqs/#C3b2;content/uploads/sites/16/2013/10/Orientacoes-avaliacao-V1.0a1.pdf>

<http://arquivos.dglab.gov.pt/wp->

<sup>29</sup>[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3662/1/ulfl087129\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3662/1/ulfl087129_tm.pdf)

<sup>30</sup><http://run.unl.pt/handle/10362/5550>

critério da densidade informacional, que enquadra a eliminação de séries documentais segundo o cruzamento de séries.

Em 2011, Sandra Silva apresentou a tese *O que o estado português quis conservar: a avaliação e aquisição de documentos de arquivo em Portugal nos séculos XIX e XX* pela Universidade de Évora.

Em 2013, Alda Andrade apresentou a tese *A classificação e a avaliação documental na marinha portuguesa*<sup>31</sup>, que aborda a descrição, a classificação e a avaliação de documentos da marinha portuguesa, numa perspectiva de preservação da memória colectiva.

Em 2013, Marta Cadilhe apresentou a tese *A avaliação da informação da Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto: estudo de caso*<sup>32</sup>, que apresenta esquemas e organogramas orgânico-funcionais segundo os documentos legislativos e relativos à história da instituição. Toma-se também em conta os critérios e procedimentos que deram origem à Portaria n.º 12/2008, de 3 de janeiro (*Regulamento de Conservação e Arquivístico do Instituto Politécnico do Porto* e suas escolas superiores no que se refere à avaliação, selecção, transferência, incorporação em arquivo definitivo, substituição de suporte e eliminação da documentação). Por fim propôs uma política de avaliação da informação para a instituição.

No mesmo ano, Ana Paula de Almeida apresentou a tese *A qualificação do sistema de informação do Centro de Estudos de Gestão e Organização Científica (CEGOC)*<sup>33</sup>, que se enquadra no Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ). Analisa a produção da informação, a sua gestão, a estrutura do Sistema de Gestão da Informação (SGI) e o suporte tecnológico. Criou uma classificação para a informação, de forma a tornar a sua recuperação mais eficaz. Deste modo desenvolve um modelo que integra o SGI e o SGQ.

---

<sup>31</sup>[http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/162/1/Relat%C3%B3rio\\_%20Atividade\\_Profissional.pdf](http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/162/1/Relat%C3%B3rio_%20Atividade_Profissional.pdf)

<sup>32</sup><http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/69012/2/955233.pdf>

<sup>33</sup>[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9538/1/ulfl144052\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9538/1/ulfl144052_tm.pdf)

## 2.2. Modelo Britânico e Norte-Americano

Ao contrário do modelo europeu, vocacionado para a conservação no sentido da investigação, o modelo anglo-saxónico tende a ser mais pragmático, colocando a selecção e eliminação de documentação num patamar acima da conservação.

### Reino Unido

Ainda antes da Primeira Guerra Mundial, existiu uma tendência tradicional na Inglaterra em forçar a eliminação do que não tinha valor do que a preservação do que tinha valor. Já em 1875, o deputado Keeper afirmou que existia no *Departamento de Documentos Públicos* uma grande quantidade de documentos legais e governamentais que, no geral, não tinham interesse para propósitos legais, históricos, militares, estatísticos, económicos ou oficiais, e que não tinham interesse para ninguém (Kolsrud, 1992: 27). Keeper pediu autorização para eliminar os arquivos já na sua custódia e a rejeição de recepção de novos documentos que considerasse sem valor. Alcançou este poder com o *Acto de Escritório do Documento de Arquivo Público*, em 1877 (Kolsrud, 1992: 27). Isentou deste acto documentos anteriores a 1715. Em 1898, esta isenção foi estendida aos documentos anteriores a 1660. Não parece ter havido qualquer outro critério tomado em conta. Contudo, um aviso geral foi dado contra a inclusão, na agenda de eliminação, de qualquer documento que pudesse ser considerado de uso ou interesse legal, histórico, genealógico ou de antiguidade, ou aquele que der qualquer informação não constante em qualquer outro lugar (Kolsrud, 1992: 27).

Até 1912, os arquivistas de Oxford consideravam que apenas o produto final da actividade administrativa, legalmente ligado aos documentos de uma instituição, seria considerado de valor e, por isso, de conservação permanente (Kolsrud, 1992: 27). O *Manual for the Arrangement and Description of Archives* foi considerado por autores, como Hillary Jenkinson e Theodore Roosevelt Schellenberg, a “base da arquivística moderna”, na medida em que foi adoptado por vários países europeus, como Alemanha, França, Inglaterra e Itália, mas também por países asiáticos, como é o caso da China. Portugal também utilizou este manual, embora de forma mais indirecta (Masqueiro, 2007: 10).

Fora desta tradição e fora da situação criada pela Primeira Guerra Mundial está a obra de Hillary Jenkinson *Manual of Archive Administration*, escrita em 1922

(Kolsrud, 1992: 27). O livro era um entre vários de uma série intitulada *Economic and Social History of the World War*. Um dos principais temas de Jenkinson era a eliminação de documentos, sobre o qual afirmava que não pertence às funções do arquivista. Assim também para os historiadores, que não teriam as competências necessárias para a correcta eliminação de documentação. Uma consequência desta situação era não eliminar qualquer documento criado no passado, pois ninguém teria a competência para saber se aquele documento deveria ser preservado ou não.

Em relação aos documentos criados entretanto, Jenkinson afirmava que a não eliminação de documentos levaria a uma contínua confusão para o arquivista. Sendo a eliminação necessária, deveria pertencer à administração de determinada instituição o papel de eliminar os documentos. Para Jenkinson, cuja influência na tradição inglesa foi notória, o primeiro dever do arquivista é ser o “servo dos arquivos” que no passado foram deixados para si, e o seu segundo dever é ser servo dos investigadores. Até hoje esta ideia de que a eliminação de documentos deveria ser levada a cabo pela instituição produtora permanece. De tal forma assim é, que, durante a Segunda Guerra Mundial, estas mesmas instituições serviram como munições (Kolsrud, 1992: 27).

Nos anos 30 e 40 do século passado, os Americanos, ao saber desta utilização indevida de documentos, distanciaram-se da tradição inglesa, formulando três critérios fundamentais (referidos na introdução deste trabalho e assentes na **Teoria do Valor**, ainda que distinta), cuja autoria pertence a Philip C. Brooks: o **valor de origem**, o **valor para a história administrativa** e o **valor para a investigação histórica** (Turner, 1992: 91-95). Segundo Schellenberg, mais tarde, em 1943, os britânicos adoptaram esta visão (Kolsrud, 1992: 35). Eles concordaram com Brooks que seria dever do corpo administrativo decidir o que deveria ser preservado para o bom funcionamento da sua instituição, de acordo com o critério do valor de origem. Emendaram a lista de Brooks para acrescentar que os documentos deviam ser preservados para futura investigação, se servissem para responder a questões técnicas, tendo em conta as operações relacionadas com a organização. Mais tarde, os britânicos, apoiando-se na arquivística americana, formularam três critérios para a preservação de documentos, tendo em conta o **funcionamento do corpo administrativo**, a **história do corpo administrativo**, e as **necessidades genéricas de informação por parte dos investigadores**<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Brooks, Philip (1943). *Current Aspects of Records Administration: The Archivist's Concern in Records Administration*. [s. l.]

Estabeleceu-se, em 1952, o *Grigg Committee*. O seu objectivo era desenvolver um novo sistema de avaliação em Inglaterra que conseguisse solucionar o problema da avaliação e eliminação de documentos (Kolsrud, 1992: 28). Segundo o Comité, era uma grande avanço para a história dos documentos de arquivo serem selecionados de uma forma que fosse exequível administrativamente. Até então eram aplicados métodos que, embora teoricamente oferecessem uma salvaguarda contra a eliminação de documentos com valor, de facto não providenciavam quaisquer salvaguardas porque não conseguiam funcionar convenientemente. Esses critérios não eram para ser incorporados neste novo sistema. Pelo contrário, um sistema muito semelhante ao de Jenkinson foi introduzido, sendo agora o corpo administrativo livre para destruir os documentos. O Comité introduziu dois critérios de avaliação: o **critério administrativo** e o **critério histórico** (Kolsrud, 1992: 28, 29). Os documentos de arquivo seriam avaliados em duas etapas, para que o critério administrativo se tornasse com efeito o critério histórico, e a avaliação pudesse ser realizada sem muito esforço e com segurança pelo próprio corpo de administração. Segundo o Comité, se o departamento decidir que um documento dificilmente será novamente requisitado pelo próprio departamento, então esse documento não terá nenhuma importância histórica. Isto é um avanço enorme visto que entre cinquenta e noventa por cento dos documentos deveriam ser eliminados sem muito esforço durante a aplicação do critério administrativo na primeira revisão após cinco anos. Na segunda revisão, após vinte e cinco anos, os documentos de arquivo deveriam ter sido reduzidos a um tamanho que se pudesse gerir, e o critério histórico podia então ser aplicado directamente na restante documentação por um especialista em avaliação (Kolsrud, 1992: 29).

Em 1958, o *Grigg Report* e o *Public Records Act* marcaram uma nova fase na arquivística inglesa, principalmente pelo facto de se passar a dar uma importância maior à eliminação do que à preservação de documentos (Kolsrud, 1992: 29). Houve alguns recuos nesta tendência como é o caso do *Wilson Report*, em 1981, que defendeu a selecção de documentos com o propósito essencial de preservação. No entanto, não teve o aval do governo (Kolsrud, 1992: 29).

*The National Archives* elaborou em 2012 um documento normativo intitulado *Appraisal Policy*<sup>35</sup>, que sobre a avaliação, abordando o sistema *Grigg*. Actualmente, o

---

<sup>35</sup>[http://www.nationalarchives.gov.uk/documents/information-management/appraisal\\_policy.pdf](http://www.nationalarchives.gov.uk/documents/information-management/appraisal_policy.pdf)



sistema *Grigg* é posto em causa pela dificuldade da sua adaptação à informação em suporte electrónico<sup>36</sup>.

### Estados Unidos da América

Os Estados Unidos da América foram muito influenciados pela arquivística inglesa, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, mas também pela arquivística alemã (Kolsrud, 1992: 34).

As décadas de 1920 e 1930 foram marcadas por grandes alterações na arquivística norte-americana, muito pelo *crash* da bolsa em 1929 e pelo crescimento muito acelerado e descontrolado da informação acumulada com o fim da Segunda Guerra Mundial (Kolsrud, 1992: 35). Deste modo, criou-se o *North American Records Management* à semelhança do *National Archives* já existente. A selecção de documentos ultrapassou a conservação, tendo sido Margaret Norton uma das primeiras vozes a distinguir estes dois conceitos e reforçando a importância da selecção de documentação (informação) (Masqueiro, 2007: 15). Mais tarde Philip C. Brooks defendeu que para se conseguir ter um maior controlo da informação acumulada dever-se-iam eliminar duplicados e implementou o conceito de **valor permanente**, cujos critérios eram o **valor dado ao documento pela instituição produtora**, a **utilidade do documento para a sua história administrativa**, e o **valor histórico do documento pelo seu conteúdo informativo**. Brooks defendia que, devido à perspectiva de Jenkinson, a massa documental aumentou exponencialmente, dificultando em demasia o trabalho do arquivista (Masqueiro, 2007: 15). Com a organização dos documentos, tendo em conta a data de produção, a sua utilização e a sua conservação ou eliminação, surgiu o conceito de *Ciclo de Vida dos Documentos*. Deste modo, o papel do arquivista deveria existir desde o momento da produção do documento, sendo a avaliação contínua em vez de limitada no tempo.

Na década de 1950, Schellenberg defendeu que a avaliação era a função primordial do arquivista e que esta deveria seguir um percurso cada vez mais especializado, para corresponder a uma selecção, e consequente conservação, mais criteriosa e eficaz (Kolsrud, 1992: 35, 36). Desta feita, deveria haver uma distinção

---

<sup>36</sup> [http://www.nationalarchives.gov.uk/documents/information-management/background\\_appraisal.pdf](http://www.nationalarchives.gov.uk/documents/information-management/background_appraisal.pdf)

entre o *records manager* e o arquivista. O primeiro ocupar-se-ia dos documentos administrativos, que têm um valor primário, e o segundo dos documentos para conservar permanentemente, cuja análise impõe um conhecimento mais especializado. No entanto, Schellenberg considerava que o valor secundário tem duas vertentes distintas: por um lado, temos o **valor de prova** (depende do ponto de vista histórico da estrutura da instituição produtora), por outro lado, o **valor da informação** (depende do conteúdo) (Kolsrud, 1992: 35, 36). No entanto, actualmente, esta distinção não faz qualquer sentido.

Outro contributo de Schellenberg para a arquivística norte-americana foi a sua diferenciação entre *documents* e *records*. Os *documents* são os documentos para conservação definitiva, assim considerados pelo arquivista. Os *records* correspondem a toda a massa documental, da qual fazem parte os *archives*. Esta diferenciação parecia clara e eficaz, mas, com o advento da tecnologia, tornou-se ineficaz, visto que o arquivista deveria ser uma presença constante desde o momento da produção do documento (Masqueiro, 2007: 16, 17).

Mais tarde, Helen Samuels, numa perspectiva social e devido ao aumento da informação acumulada e difusão de informação pelo novo mundo tecnológico, defendeu que a “gestão documental” exigiria, na realidade, uma avaliação contínua, que culminará num retrato da nossa sociedade, isto é, das suas funções e actividades, tendo em conta documentação em qualquer formato (gráfica e oral) (Samuels, 1991: 125-140). Em relação à avaliação da informação arquivística, esta teoria resultou numa cooperação entre arquivos e instituições.

## Canadá

A criação do *National Archives of Canada* foi um marco na arquivística canadiana. A perspectiva canadiana assemelha-se à perspectiva alemã de Booms, em que o principal é a sociedade, e, deste modo, o contexto e o processo de produção documental influenciam a sua avaliação.

O modelo assenta na estrutura e na função do documento. O objectivo é a realização de uma macro-avaliação (*macro appraisal*), baseada no **princípio da proveniência** (Masqueiro, 2007: 22). O documento não é tomado de forma individual,

mas segundo o contexto da sua produção na instituição, determinante para toda a gestão documental. A função do documento é tida em conta num segundo patamar. Esta visão é alicerçada na teoria de Terry Cook, que defende que os “investigadores e sociólogos demonstraram que em qualquer sociedade, até determinado ponto, se verifica uma interacção entre as funções sociais, as estruturas e os cidadãos” (Masqueiro, 2007: 22). Como é uma avaliação também funcional, são consideradas as funções, sub-funções, actividades, interacções da instituição produtora, numa perspectiva social sobre a consequência da produção de documentação para a sociedade.

Terry Cook escreveu que a avaliação arquivística irá mudar continuamente tendendo para a macro-avaliação, considerando as funções, programas, actividades e interacções entre utilizadores (Cook, 2005: *passim*).

### **2.3. Novos Modelos**

No final do século XX, novos paradigmas de avaliação da informação arquivística foram aparecendo em paralelo com o modelo europeu e ao modelo anglo-saxónico. Os casos mais preponderantes são o da Austrália e da Nova Zelândia, que são muito semelhantes entre si.

#### **Austrália**

A arquivística australiana é mais recente, materializada, de certo modo, no *Records Continuum Model*, e a sua evolução prende-se também com o surgimento e a evolução da informação em suporte digital. Desde o ano 2000, que tanto a Austrália como a Nova Zelândia têm contribuído muito para a arquivística mundial, principalmente no que toca à micro e macro-avaliação.

Para a arquivística australiana, a produção da informação é o ponto-chave para toda a acção do arquivista. Esta produção baseia-se na análise das funções do documento de forma que os arquivos possam fazer a selecção e conservação da informação (Martorell, 2010: 37). Outra grande preocupação para os arquivistas australianos é a optimização dos recursos, isto é, optimizar a avaliação da informação e a identificação/descrição dos documentos, tendo em conta a introdução de dados e,

naturalmente, a existência cada vez maior de documentos digitais, cuja duração é muitas vezes de carácter temporário. A descrição para os documentos digitais passa a ser um sub-tema crucial para a avaliação, visto depender da descrição o estabelecimento de séries e sub-séries, instituição/órgão produtor, visualização do conteúdo e estrutura do documento. O arquivista Peter Scott, tendo em conta a questão da descrição documental, propôs um sistema de séries, que permitisse visualizar as inter-relações de instituições produtoras e os seus documentos (informação) (Masqueiro, 2007: 26, 27).

Teve lugar a criação, pelo *National Archives of Australia*, de uma metodologia designada *Design and Implementation of Records Keeping Systems* (DIRKS), que pretende desenhar sistemas de arquivo a partir da implementação de oito etapas (*Australian Standard AS ISO 15489-2002, Records Management*, NP 4438-1 e NP 4438-2)<sup>37</sup>.

### Nova Zelândia

Em 1998, os arquivistas neozelandeses desenvolveram oito princípios para a avaliação e organização arquivísticas. Estes princípios pretendem promover uma maior cooperação entre os arquivistas e as instituições governamentais. Os princípios são os seguintes (Martorell, 2010: 36):

- o **princípio da aplicação** (os requisitos devem ser aplicados a todos os documentos que assim sejam tidos);
- o **princípio da prioridade** (o objectivo principal da avaliação é a conservação dos documentos considerados de maior valor);
- o **princípio da globalidade** (a documentação do Governo deve ser considerada una);
- o **princípio da implementação** (a avaliação deve ser um processo com um equilibrado custo-benefício para o Governo);
- o **princípio da destruição** (a conservação do documento deve terminar aquando do fim do período);
- o **princípio da privacidade** (deve ser preservado o direito ao acesso à documentação);

---

<sup>37</sup><http://www.naa.gov.au/>

- o **princípio da integridade** (a organização da documentação deve respeitar as normas para a avaliação);
- o **princípio da independência do suporte** (as normas para a avaliação não dependem do suporte e do formato do documento).

Nestes princípios a tónica está na preservação da informação, e menos do documento em si.

A estes princípios vêm juntar-se princípios da política de avaliação (Martorell, 2010: 37):

- o **princípio da legalidade** (a avaliação deve obedecer aos requisitos legais);
- o **princípio da transparência** (deve-se prestar contas dos gastos com o processo de avaliação);
- o **princípio da resposta** (devem ser tomados em conta os organismos relacionados);
- o **princípio da consistência** (a avaliação deve ser um processo estudado e planeado previamente);
- o **princípio da consideração de recursos** (não se podem conservar todos os documentos).

Em 2009, o *Archives New Zealand* disponibilizou um documento normativo (*Appraisal Policy*) para auxiliar no processo de avaliação arquivística<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup><http://archives.govt.nz/>

### 3. BALANÇO DAS TEORIAS ACTUAIS SOBRE A AVALIAÇÃO ARQUIVÍSTICA

A avaliação é o processo de determinar o valor arquivístico dos documentos, isto é, se devem ser conservados ou eliminados.

Como refere Cruz Mundet na sua obra *Manual de Archivística*, a documentação tem proliferado pela necessidade constante de produção de documentos e recuperação da informação para os procedimentos administrativos, pela necessidade de obter dados para justificar procedimentos, pela comunicação da informação e pelo aumento dos métodos de difusão e multiplicação de documentos. De toda a informação acumulada nem tudo é para conservar, e do que é para conservar diferentes são os períodos para cada documento. A grande questão dos arquivistas ao longo da história (da arquivística) tem sido *adequar o enorme volume de documentos aos recursos disponíveis* (Mundet, 2001: 201).

Por estas razões, a eliminação de documentos tem sido uma prática comum desde tempos imemoriais, seja por questões de espaço físico seja por questões políticas entre outras, no entanto a eliminação enquadrada no contexto da avaliação da informação só passou a aflorar enquanto conceito com a Revolução Francesa, como já tinha referido anteriormente.

Outros factores também influenciaram a avaliação de documentos na medida em que limitam a conservação dos mesmos, caso das intempéries, da deslocalização dos documentos de um espaço para outro, da reutilização impensada, entre outras situações. Portanto, a eliminação é parte integrante de todo o processo da avaliação, tal como a selecção, e consequência da mesma, tendo por isso de respeitar princípios e critérios rigorosos que não ponham em causa a recuperação da informação pertinente e necessária para a sociedade, tendo em vista também a memória colectiva e a investigação para o futuro.

As primeiras e principais razões que repensaram a avaliação de documentos foram a defesa dos direitos do Estado e dos particulares, bem como os acontecimentos relevantes relativos ao Estado e à sociedade (Mundet, 2001: 203). Estas razões viam-se apoiadas também pelos historiadores que, embora não vissem proveito nos documentos administrativos, sabiam da sua utilidade na gestão. O aparecimento das ciências sociais veio tirar o foco do estudo sobre a conservação de documentos, na medida em que densifica os critérios que permitem considerar a utilidade de um recurso documental.

No início da discussão sobre a avaliação de recursos de informação, muitos foram os arquivistas empenhados na conservação total e permanente da informação acumulada, recorrendo ao argumento da preservação para as gerações futuras. Mais tarde, foi inevitável revisitar a questão uma vez que este caminho não é exequível no que toca ao investimento financeiro e à recuperação da informação. A produção de documentos desde há muito que é superior à quantidade necessária de recursos humanos e materiais para tratá-los.

A tradição britânica e a tradição alemã, onde Schellenberg foi beber o seu saber, permitiram que, dentro do âmbito da avaliação arquivística, a eliminação fosse mais criteriosa. A Grã-Bretanha teve sempre um cunho mais forte na área administrativa, defendendo que deverão ser as próprias entidades produtoras dos recursos documentais a avaliar arquivisticamente os mesmos, sendo o arquivista um intermediário entre a produção e a avaliação do documento, tal como defende Jenkinson. Tanto a Grã-Bretanha como a França e a Alemanha, desde o século XIX, debatiam a questão da crescente informação acumulada. Por exemplo, o *Public Record Office Act*, de 1877, aprovava a destruição de recursos documentais produzidos depois de 1715, desde que não tivessem valor legal, histórico ou genealógico e, em 1898, aumentava o intervalo de tempo para 1660.

A Alemanha, por sua vez, destacava o arquivista em todo o **Ciclo de Vida do Documento**, tendo criado, em 1832, um guia de selecção/eliminação que permitia um controlo maior do volume documental. A avaliação arquivística na Alemanha terá evoluído assim por ter um ponto de referência diferente: ao invés de colocar a ênfase na eliminação e seus potenciais problemas, o foco era a conservação, sendo a eliminação apenas uma fase de triagem. Não podemos esquecer que a visão historicista da arquivística alemã tendeu sempre para o valor histórico e, consequentemente, investigativo dos documentos e, desse modo, Meisner estabeleceu três parâmetros para avaliar os documentos: a idade dos documentos, o conteúdo informativo e a ordem hierárquica das administrações (Mundet, 2001: 205). Quanto a este último parâmetro, Zimmermann refutou a visão de Meisner visto colocar o valor do documento na sua origem e na sua proveniência, em detrimento do seu conteúdo e pertinência.

Em 1898, o *Manual dos Arquivistas Holandeses* de Muller, Freith e Fruin relativo à gestão de documentos da administração pública, defendia que os arquivos deveriam conservar todos os seus documentos, baseando-se principalmente na

organização e descrição dos documentos, já que ainda não tinha acontecido a explosão documental do século XX.

Em 1922, Hilary Jenkinson escreveu o *Manual of Archive Administration* no qual defendeu que a instituição produtora devia ter parte activa na selecção de documentos para preservar em ambiente de arquivo.

Na II Guerra Mundial, os arquivistas ingleses defendiam a conservação permanente baseando-se em critérios compartilhados pelos norte-americanos a saber o potencial histórico e investigativo que a documentação conserva consigo, e a recuperação de informação relativa ao funcionamento das instituições. Em meados dos anos 1950, Schellenberg defendeu a teoria do valor primário e do valor secundário. Foi criado em Inglaterra, em 1952, o *Grigg Committee*, que, na centelha da selecção de documentos, criou um sistema de selecção, segundo critérios administrativos e históricos, criticado por Wilson pela falta de acompanhamento inicial por parte dos arquivistas (os documentos com mais de cinco anos de vida útil são destruídos segundo os critérios administrativos e os restantes documentos, que representam uma menor percentagem de todo o volume documental, são conservados segundo os critérios históricos). Este Comité desenvolveu uma nova abordagem sobre avaliação, tendo em vista a resolução de certos problemas relacionados com os prazos sobre o valor administrativo e o valor histórico. A Inglaterra prepara-se para abandonar o sistema *Grigg* (ver subcapítulo sobre o Reino Unido).

Em 1956, Schellenberg escreveu *Modern Archives* como resposta à explosão documental na sequência das duas guerras mundiais, apresentando a **Teoria do Valor**, no qual dividia o **valor primário** e **valor secundário**, assentando os critérios para reconhecer o valor informacional na **singularidade**, na **importância** e na **forma do conteúdo**.

Na Alemanha, ainda na década de 1950, Wilhelm Rhor e George Wilhelm-Sante defenderam que o valor do documento está relacionado com a posição hierárquica da entidade produtora. Fritz Zimmermann introduziu o conceito de *market demand*, colocando em primeiro plano o conteúdo do documento e a sua utilização. Jenkinson, influenciado pelos holandeses, contrariava os alemães, colocando o arquivista como mera ferramenta dos arquivos, isto é, o arquivista não devia actuar no momento da avaliação, pois assim pôr-se-ia em causa o valor de prova dos arquivos. A avaliação deveria ser levada a cabo pelas instituições detentoras dos documentos a avaliar, tendo em conta o conceito de *fonds d'archives* (grupo de arquivos) para a descrição



arquivística. Vale a pena ressaltar que, para Jenkinson, o conceito de arquivo define-se como um “conjunto de documentação de uma administração ou instituição, que forma um todo orgânico”. Claro que tal implica que a avaliação seja ainda menos imparcial do que feita pelo arquivista, comprometendo a conservação de informação com valor histórico, seja qual for este valor. Também são reflexos desta visão o *British Civil Service* e o *Public Record Office* de Londres. No entanto, esta visão voltou a ganhar vida para alguns pensadores canadianos e australianos no que toca aos documentos electrónicos.

Já na década de 1960, Arthur Zechel afastou a arquivística da história, considerando-a autónoma.

Mais tarde Terry Cook defendeu a **Macro-avaliação**, na qual criticava a avaliação da informação realizada até então, descrevendo-a como não planeada, aleatória, fragmentada e não padronizada/uniformizada no que toca aos termos utilizados. Outra crítica baseava-se no facto da avaliação não ter em conta a sociedade, isto é, a informação necessária para as futuras gerações compreenderem as gerações passadas. Na sua teoria, apresentava-se o conceito de função. Sendo assim, a avaliação deveria integrar a própria gestão documental (gestão da informação), tendo em conta a produção do documento (informação), as suas funções, os processos de que fazia parte e a sua utilização. Os prós desta teoria são a identificação das funções da sociedade e a selecção da informação com maior valor para as necessidades da sociedade.

Em 1977, Brichford defendeu que os arquivistas deveriam avaliar a informação arquivística segundo a idade do documento, o volume, a forma e as características funcionais, informacionais e evidenciais (Pearce-Moses, 2005: 23).

Na década de 1990, Helen Samuels apresentou a **Estratégia Documental**. Esta teoria visava descentralizar a avaliação das instituições e da investigação, mas torná-la independente das questões burocráticas.

Em 1993, Ham propôs cinco tipos de análises para identificar, seleccionar e atribuir um valor à informação arquivística (Pearce-Moses, 2005: 23):

- uma análise com base nas **características funcionais** (entidade produtora e razão da criação do documento);
- uma análise com base na **informação** (importância e qualidade da informação arquivística);
- uma análise com base no **contexto** (fontes documentais);

- uma análise com base nas **potencialidades de utilização do documento** (aspecto físico, aspecto legal e limitações intelectuais de acesso);
- uma análise com base no **custo-benefício da conservação do documento** (eliminação e conservação).

Eastwood afirmou, em 2004, que, quando Jenkinson defendeu que a eliminação de documentos não deveria ser uma função dos arquivistas, esta ideia foi repugnada pela maior parte dos arquivistas que tomavam a seu cargo a avaliação da informação arquivística. No entanto muitos arquivistas, inspirados pelo pós-modernismo, contestam a forma como a avaliação é levada a cabo, pois os arquivistas acabam por condicionar os arquivos (Pearce-Moses, 2005: 23).

Mark Greene, num comunicado em 2004, explicava que a base das decisões da avaliação deveria ser debatida pelos profissionais da área, ao contrário do que era preconizado por Jenkinson, que defendeu a tomada de decisões sobre a avaliação apenas pelas entidades produtoras. Por sua vez, Schellenberg tomou a avaliação como a função mais importante da arquivística, na medida em que o volume da informação acumulada cresceu exponencialmente no século XX.

Todas estas questões acabaram por culminar num movimento societal na Alemanha, USA e Canadá, que visava basear a acção arquivística na sociedade e inter-relação com o Estado.

### Lista de princípios

Princípios	Autor	Apoiante	Data	Fonte	Prospectivo ou Retrospectivo
<b>Princípio da aplicação</b> (os requisitos devem ser aplicados a todos os documentos que assim sejam tidos)	Arquivos Nova Zelândia	-	1998	<i>S-1. Standard for the appraisal of public records and archives, 1998.</i>	P
<b>Princípio da consideração de recursos</b> (não se pode conservar todos os documentos)	Arquivos Nova Zelândia	-	2009	<i>Appraisal Policy, 2009.</i>	P

<b>Princípio da consistência</b> (a avaliação deve ser um processo estudado e planeado previamente)	Arquivos Nova Zelândia	-	2009	<i>Appraisal Policy</i> , 2009.	P
<b>Princípio da eliminação</b> (a conservação do documento deve terminar aquando do fim do período)	Arquivos Nova Zelândia	-	1998	<i>S-1. Standard for the appraisal of public records and archives</i> , 1998.	P
<b>Princípio da globalidade</b> (a documentação do Governo deve ser considerada una, isto é, considerar a avaliação no conjunto de toda a administração governamental e não apenas por organismo)	Arquivos Nova Zelândia	-	1998	<i>S-1. Standard for the appraisal of public records and archives</i> , 1998.	P
<b>Princípio da implementação</b> (a avaliação deve ser um processo com um custo-benefício equilibrado para o Governo)	Arquivos Nova Zelândia	-	1998	<i>S-1. Standard for the appraisal of public records and archives</i> , 1998.	P
<b>Princípio da independência do suporte</b> (as normas para a avaliação não dependem do suporte e do formato do documento)	Arquivos Nova Zelândia	-	1998	<i>S-1. Standard for the appraisal of public records and archives</i> , 1998.	P
<b>Princípio da integridade</b> (a organização da documentação deve respeitar as normas para a avaliação)	Arquivos Nova Zelândia	-	1998	<i>S-1. Standard for the appraisal of public records and archives</i> , 1998.	P
<b>Princípio da legalidade</b> (a avaliação deve obedecer aos requisitos legais)	Arquivos Nova Zelândia	-	2009	<i>Appraisal Policy</i> , 2009.	P

<b>Princípio da necessidade e dos valores da sociedade</b>	Fritz Zimmerman	-	1950	-	P
<b>Princípio da objectividade do documento</b>	Fritz Zimmerman	-	1950	-	P
<b>Princípio da prioridade / Princípio do valor dos documentos</b> (o objectivo principal da avaliação é a conservação dos documentos considerados de maior valor.	Arquivos Nova Zelândia	-	1998	<i>S-1. Standard for the appraisal of public records and archives, 1998.</i>	R
<b>Princípio da privacidade</b> (deve ser preservado o direito ao acesso à documentação)	Arquivos Nova Zelândia	-	1998	<i>S-1. Standard for the appraisal of public records and archives, 1998.</i>	P
<b>Princípio da proveniência</b>	Bélgica e França (Revolução Francesa) Samuel Muller, Johan Feith, and Robert Fruin	-	1840	<i>Manual for the Arrangement and Description of Archives, 1898.</i>	R

<b>Princípio da resposta</b> (devem ser tomados em conta os organismos relacionados)	Arquivos Nova Zelândia	-	2009	<i>Appraisal Policy</i> , 2009.	R
<b>Princípio da transparência</b> (deve prestar –se contas dos gastos com o processo de avaliação)	Arquivos Nova Zelândia	-	2009	<i>Appraisal Policy</i> , 2009.	P
<b>Princípio do respeito pela objectividade e pela contemporaneidade do julgamento</b>	Carol Couture	Booms	2002	La fonction évaluation en archivistique contemporaine: une synergie entre plusieurs considérations complémentaires. <i>Colloque international des sciences de documentation. Congrès des archives de Castilla y León</i> . Département de bibliothéconomie et de documentation. université de Salamanque, Espagne, 2002.	P
<b>Princípio do respeito pelas relações que unem a avaliação com as outras funções arquivísticas</b>	Carol Couture	Cook	2002	La fonction évaluation en archivistique contemporaine: une synergie entre plusieurs considérations complémentaires. <i>Colloque international des sciences de documentation. Congrès des archives de Castilla y León</i> . Département de bibliothéconomie et de documentation. université de Salamanque, Espagne, 2002.	P
<b>Princípio do respeito pelo equilíbrio entre as considerações de criação e o contexto do uso</b>	Carol Couture	Schellenberg, Eastwood, Samuels	2002	La fonction évaluation en archivistique contemporaine: une synergie entre plusieurs considérations complémentaires. <i>Colloque international des sciences de documentation. Congrès des archives de Castilla y León</i> . Département de bibliothéconomie et de documentation. université de Salamanque, Espagne, 2002.	R
<b>Princípio do respeito pelo equilíbrio entre finalidades da gestão e finalidades patrimoniais da avaliação</b> , isto é, consciência precisa entre valor primário (probatório) e valor secundário (informativo)	Carol Couture	Schellenberg, F. Ribeiro e A. Malheiro	2002	La fonction évaluation en archivistique contemporaine: une synergie entre plusieurs considérations complémentaires. <i>Colloque international des sciences de documentation. Congrès des archives de Castilla y León</i> . Département de bibliothéconomie et de documentation. université de Salamanque, Espagne, 2002.	P
<b>Princípio do respeito pelos fundos</b>	Bélgica e França (Revolução Francesa) Samuel Muller, Johan Feith, and Robert Fruin	-	1840	<i>Manual for the Arrangement and Description of Archives</i> , 1898.	R
<b>Princípio do testemunho da prova societal</b> (os arquivos representam uma prova privilegiada de todas as actividades do conjunto da sociedade)	Carol Couture	Booms, Samuels, Cook, Eastwood	2002	La fonction évaluation en archivistique contemporaine: une synergie entre plusieurs considérations complémentaires. <i>Colloque international des sciences de documentation. Congrès des archives de Castilla y León</i> . Département de bibliothéconomie et de documentation. université de Salamanque, Espagne, 2002.	R

<b>Princípio do valor informacional</b> (importância da informação do documento)	Fritz Zimmerman	-	1950	-	P
<b>Princípio pela ordem original</b>	-	-	1841	-	R
<b>Princípio/Parâmetro da densidade</b>	Universidade do Porto	-	2003	Ribeiro, Fernanda; Fernandes, Maria Eugénia (2003). <i>O sistema da informação arquivística da Universidade do Porto: potenciar o uso da memória informacional retro-prospectivamente</i> . Páginas a&b: arquivos e bibliotecas (11), p. 79-99.	R
<b>Princípio/Parâmetro da frequência</b>	Universidade do Porto	-	2003	Ribeiro, Fernanda; Fernandes, Maria Eugénia (2003). <i>O sistema da informação arquivística da Universidade do Porto: potenciar o uso da memória informacional retro-prospectivamente</i> . Páginas a&b: arquivos e bibliotecas (11), p. 79-99.	R
<b>Princípio/Parâmetro da pertinência</b>	Universidade do Porto	-	2003	Ribeiro, Fernanda; Fernandes, Maria Eugénia (2003). <i>O sistema da informação arquivística da Universidade do Porto: potenciar o uso da memória informacional retro-prospectivamente</i> . Páginas a&b: arquivos e bibliotecas (11), p. 79-99.	R

#### 4. PROPOSTA PARA A AVALIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA EM PORTUGAL

O advento da tecnologia tem obrigado à reflexão do conceito de avaliação, na medida em que a informação está cada vez mais acessível, é cada vez mais produzida e a necessidade de acesso acentua-se cada vez mais.

É primordial que se transporte o conceito de **documento** para o conceito de **informação**. Actualmente não faz sentido considerarmos o documento, seja ele físico ou digital, em detrimento da informação que abarca. Na realidade o objectivo da arquivística é preservar a informação que foi, é e será relevante à sociedade. Deste modo a informação deve ser abordada segundo um “conjunto estruturado de representações mentais codificados (símbolos significantes), socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material [...] e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada” (Ribeiro, [s. d.]: 10), sendo o documento o meio de comunicação dessa informação.

A avaliação deve partir da informação segundo uma perspectiva prospectiva enquadrada no método quadripolar (morfológico, epistemológico, técnico e teórico) (Melo, 2010: 193). A avaliação retro-prospectiva consiste em “sujeitar os resultados da observação e/ou da experimentação a um rigoroso exame que permita generalizações e o estabelecimento de analogias cientificamente válidas. Decorre deste investimento operativo a confirmação ou infirmação dos conceitos em uso, das hipóteses e teorias preparadas para cada projeto de investigação e, em última instância, dos princípios gerais fixados no pólo teórico” (Ribeiro, [s. d.]: 12; Ribeiro, 2003: *passim*; Melo, 2010: 194).

Jordi S. Serra<sup>39</sup> descreve a **avaliação funcional** como o futuro da avaliação da informação arquivística, isto é, a avaliação tem por base a função da informação. Neste modelo de avaliação há a associação do cidadão com a instituição, em que a instituição (empresa) tem de prestar serviços ao cidadão (cliente). A estrutura deste modelo é de tipo *top-down*, partindo da análise das funções, passando pelas actividades, até à criação de regras para a avaliação e selecção de documentos concretos. Este modelo associa a

---

<sup>39</sup>Serra, Jordi S. (2005). Valoración y selección de documentos electrónicos: principios y aplicaciones. *Revista Tria*, 12, p. 119-155.

micro-avaliação à macro-avaliação, pois tenta documentar-se a realidade da instituição, tendo em conta as funções e responsabilidades dos produtores da documentação.

Para a avaliação surtir efeito, é necessário que outras etapas, como a classificação (conteúdo, estrutura e contexto) (NP 4438-1, 2005: 20) e a elaboração de prazos de conservação, tenham sido ultrapassadas de forma coerente (perspectiva sistémica com tomada de decisões em qualquer altura do **Ciclo de Vida dos Documentos**) (Melo, 2010: 189). Deste modo, a noção de avaliação contínua desde o momento da produção parece fazer mais sentido. Tendo em conta o *Plano de Classificação para a Administração Local*, é necessário descer aos níveis 3.º (processo de negócio) e 4.º (parte do processo de negócio) para promover uma avaliação eficaz (Silva, [s. d.]: 13).

A avaliação associada à classificação pode ser tida em duas partes (Melo, 2010: 192; Ribeiro, [s. d.]: 15):

- a **avaliação de documentos acumulados, pós-genésica, pós-decisória ou definitiva** (acções da organização);
- a **avaliação na fase genésica ou decisória da informação** (avaliação corrente ou administrativa).

Os seguintes princípios são considerados os mais relevantes para a avaliação da informação (Silva, [s. d.]: 13, 14):

- **“autenticidade/integridade** (avaliação de documentos autênticos)
- **densidade informacional** (natureza da informação, exigindo-se a conservação da informação sintetizada);
- **excepcionalidade** (selecção da informação decorrente de acontecimentos excepcionais de que são exemplo catástrofes naturais);
- **garantia** (salvaguarda dos direitos das entidades produtoras e objecto do conteúdo);
- **globalidade** (abordagem a transversal da administração pública, sendo a informação por si produzida avaliada na sua totalidade, independentemente do suporte);
- **legalidade** (avaliação da informação decorrente da aplicação da norma jurídica);
- **objetividade e contemporaneidade** do juízo (avaliação segundo princípios, valores sociais aceites, conhecimento e tecnologia disponíveis no momento da criação dos documentos);



- **partição** (quando são definidos prazos e/ou destinos finais distintos para a informação, consoante a fase no processo de negócio);
- **participação** (avaliação da informação assente na definição do dono do processo de negócio, assim como na existência de relações de cliente, quando existente ou outras formas de participação);
- **proveniência** funcional (a informação produzida já não se encontra vinculada a um determinado produtor, sendo o resultado da actuação de diversos produtores que trabalham em rede – sistema aberto –, relacionando-se mais com as funções e atividades e menos com a estrutura organizacional). Princípio que permitirá explicar a origem e evolução dos organismos, assim como a forma como actuam ou interpretam a realidade social, focalizando-se no contexto funcional;
- **responsabilidade** (as acções de avaliação e selecção assentam em critérios definidos e conhecidos, sendo demonstráveis os eventos de eliminação).”

Apoiados nestes princípios surgem os critérios (NP 4438-1, 2005: 20):

- preservação de **informação sobre decisões e/ou acções** para preservação da memória organizacional;
- preservação das **informações que servem como prova de acções da organização**;
- **eliminação regular de documentos sem utilidade** numa perspectiva sistémica;
- **preservação do contexto dos documentos** para suprir as necessidades futuras de utilização.

Para estes critérios serem aplicados é necessário que respeitem o contexto legal (NP 4438-1, 2005: 20, 21):

- identificação das **obrigações/interesses legais dos utilizadores**;
- identificação e avaliação dos “**benefícios legais, financeiros, políticos, sociais entre outros**”;
- **regulamentação da autoridade arquivística”**.

Em suma, a avaliação deve ser considerada numa perspectiva sistémica, tendo em conta os prazos de conservação/eliminação e a classificação, pois é também através desta que os critérios acima mencionados podem entrecruzar-se com os princípios/parâmetros da pertinência, densidade e frequência, a legislação e as necessidades das organizações (Melo, 2010: 200).

## CONCLUSÃO

A avaliação da informação arquivística é uma área da ciência da informação crucial, na medida em que separa a informação pertinente para conservar e por quanto tempo, exigindo-se ao gestor da informação a competência de saber seleccionar informação numa sociedade, também ela, da informação.

Os arquivos estão virados para o futuro, que se constrói com a preservação da memória passada, para a investigação, para a cultura, mas também para a gestão da informação presente. Não sabemos como serão no futuro, pois o avanço da tecnologia, associado à rapidez de acesso à informação e à multiplicação de plataformas de acesso à mesma, alteraram drasticamente o mundo da informação.

Normalmente, associa-se o arquivo ao espaço físico, ao edifício, mas agora temos também o arquivo digital, acessível a todos pela Intra e Internet. Sendo assim, a necessidade de acesso à informação aumenta e, consecutivamente, a quantidade de informação. A avaliação, que tem tido sempre esta preocupação do volume de informação, vê-se agora com um problema crescente da multiplicação física e digital de informação, muita dela dispensável e que precisa de ser devidamente avaliada e seleccionada.

O avanço da tecnologia é um novo desafio para o gestor/cientista da informação, que têm, actualmente, um papel fundamental na consciencialização da sociedade sobre o seu papel, principalmente no que toca à avaliação da informação, frente a um volume crescente.

A selecção deve sempre ter em conta que não se pode prever o que de futuro se vai ou não utilizar/precisar. Isto não significa que se deve conservar tudo em detrimento de uma boa gestão da informação e consequente eliminação, quando necessário. É fundamental que se tenha controlo sobre a quantidade de documentação produzida e conservada.

Deste modo, é importante a criação de ferramentas como a MEF e o *Plano de Classificação para a Administração Local*, essenciais para um futuro sustentável para a gestão da informação da Administração Pública. De frisar que são projectos em constante evolução, que vão sendo burilados à medida que são utilizados e vão respondendo às necessidades das instituições. Há que fazer um trabalho de parte a parte: as ferramentas devem encaixar na estrutura das instituições, mas as instituições também devem fazer o esforço de adaptação, em vez de funcionarem como sistemas isolados.

Destacamos agora os vários modelos actuais para a avaliação da informação arquivística e comparamo-los. Todavia, em Portugal não é possível destacar um modelo único porque existem vários projectos que ainda não se encontram uniformizados.

Na Universidade do Porto, parece existir um modelo próprio com três princípios/parâmetros (**densidade**, **frequência** e **pertinência**) e avaliação retro-prospectiva (Ribeiro, 2003: *passim*).

Existe também a nível nacional o projecto MEF, em conjunto com o *Plano de Classificação da Informação para a Administração Local*, que pretende promover a interoperabilidade entre sistemas de informação. Em 2006, já tinha surgido um precursor deste projecto, a MIP (Metainformação para a Interoperabilidade), também enquadrado no Quadro PAEIS (Programa Administração Eletrónica e Interoperabilidade Semântica). Os princípios da MEF são a **transversalidade** e a **abordagem supra-institucional**, tendo em vista “a normalização de metainformação [...] para a interoperabilidade semântica” e “a classificação (esquema de organização da informação) como *locus* preferencial para a harmonização de valores de metainformação, por facilitar soluções integradoras na comunicação e na gestão da informação”<sup>40</sup>.

Na Holanda, o projecto PIVOT<sup>41</sup>, que referi no capítulo dos *Modelos Europeus*, tem por base uma avaliação retro-prospectiva como a preconizada pela Universidade do Porto (Ribeiro, 2003: *passim*). A diferença prende-se com o facto de existir a reflexão sobre os princípios/parâmetros densidade, frequência e pertinência no modelo do Porto, que parecem estar ausentes do projecto PIVOT.

O DIRKS<sup>42</sup> é baseado no **Ciclo de Vida dos Documentos** e compreende uma série de etapas, assemelhando-se à NP 4438-1 2005 (páginas 18 e 19):

a) a **investigação preliminar**, que verifica e valida a existência de um projecto de gestão da informação numa determinada organização. Esta investigação

---

<sup>40</sup>Lourenço, Alexandra; Henriques, Cecília (2012). *No trilho da interoperabilidade semântica: desenvolvimento e utilização da Macroestrutura Funcional (MEF)*. Lisboa: DGLAB. [http://www.adporto.pt/ficheiros\\_a\\_descarregar/MEF\\_Divulgacao\\_distritais.pdf](http://www.adporto.pt/ficheiros_a_descarregar/MEF_Divulgacao_distritais.pdf) (diapositivos 16 e 17).

<sup>41</sup>McKemish, Sue; Reed, Barbara; Piggott, Michael (2005). Archives: recordkeeping society. *The Archives*. Australia: National Library of Australia, p. 181.

<sup>42</sup><http://www.records.nsw.gov.au/recordkeeping/advice/designing-implementing-and-managing-systems/dirks-manual/introducing-the-dirks-methodology/dirks-methodology-and-manual>

comporta a determinação do objecto, a recolha de informações, a pesquisa e o relatório da investigação;

- b) a **análise dos processos de negócio** da organização;
- c) as **necessidades de conservação da informação**, tendo em conta a criação/conservação de informação dos processos de negócio e qual a sua utilização no futuro. Esta etapa assemelha-se ao princípio/parâmetro da **frequência** do modelo do Porto;
- d) **identificação dos pontos fracos e pontos fortes** do sistema de gestão documental (perspectiva SWOT);
- e) **identificação de estratégias** de gestão da informação;
- f) **elaboração do projecto** de gestão da informação;
- g) **implementação do sistema** de gestão da informação;
- h) **revisão final e enquadramento real**.

A gestão da informação deve passar a ser a base da avaliação arquivística. A forma como a avaliação é executada e, principalmente, as consequências que traz para a gestão informacional de cada instituição deve transparecer nas suas actividades quotidianas (Melo, 2010: 203).

Os prazos de conservação e as tabelas de eliminação permitem evitar uma acumulação descontrolada de informação desnecessária, que promove a diminuição do espaço físico e digital para arquivamento e a dificuldade na recuperação de informação e consequente utilização. Assim a conservação da informação relevante é mais eficaz e duradoura, e as questões administrativas são mais facilmente respondidas (Melo, 2010: 191).

Como referimos no capítulo *Proposta para a avaliação da informação arquivística em Portugal*, é necessário que a legislação relativa à avaliação arquivística da informação tenha por base o conceito de **informação**, em vez de **documento**, e que se faça através do conceito de **processo de negócio**. No entanto, é visível que muitas instituições ainda não tenham por base estes dois conceitos. A uniformização de normas e legislação só surtirá efeito quando passar da teoria à prática, isto é, quando as próprias organizações interiorizarem e puserem em prática os conceitos acima mencionados (Melo, 2010: 203).

Há necessidade de repensar certos paradigmas de forma a poderem ser adaptados à realidade actual e a um futuro cada vez mais próximo e exigente. Não deixamos de salientar que é crucial que as instituições uniformizem as formas de

tratamento arquivístico, desde a classificação até à comunicação da informação. Não faz sentido que cada instituição tenha a sua forma de descrever e de classificar. Esta forma de trabalhar dificulta muito a comunicação entre as instituições (a interoperabilidade), a recuperação da informação, a pesquisa e consequentes custos. Uma sociedade informada não deixa espaço para individualizações institucionais. Há que trabalhar em conjunto no sentido de uma solução verdadeiramente comum. Isto não só facilita a gestão da informação, como permite focar os seus gestores nas questões mais relevantes, deixando espaço à teorização e discussão produtiva sobre a ciência da informação.

Em conclusão, a avaliação da informação arquivística em Portugal não pode ter lugar sem uma perspectiva societal, pois a informação deve servir a todos da melhor forma possível. A uniformização de certas ferramentas como a MEF e o *Plano de Classificação para a Administração Local*, bem como a uniformização de princípios para a avaliação arquivística, e respectivos critérios, maximiza a potencialidade dos recursos humanos. Assim poderia também haver uma cooperação maior entre entidades públicas e entidades privadas com vista ao acesso à informação, contribuindo para futuras investigações e para uma sociedade esclarecida. Está em curso o caminho para a consolidação das funções da Administração Pública em Portugal. Importa, porém, continuá-la em direcção à definição e consolidação das funções da sociedade.

## BIBLIOGRAFIA

- Báez, Fernando (2009). *História universal da destruição dos livros*. Lisboa: Texto Editores.
- Bettington, J. (2008). *Keeping archives*. Canberra: Australian Society of Archivists.
- Cadilhe, Marta (2013). *A avaliação da informação da Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.
- Carvalho, P. A. (2010). *Avaliação da documentação arquivística do Instituto do Cinema e Audiovisual, I.P.* Relatório de Estágio de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação na variante de Arquivo. Lisboa, Portugal: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Cermeno Martorell, Lluís; Rivas Palá, Elena (2010). *Valorar y seleccionar documentos: Qué es y cómo se hace*. Trea.
- Cook, Terry (2005). Macroappraisal in Theory and Practice: Origins, Characteristics, and Implementation in Canada, 1950–2000, *Archival Science* 5: 2-4, p. 101-61.
- Costa, João Ricardo (2010). *CrITÉrios de atribuição de prazos de conservação e destinos finais para as séries documentais das funções-meio*. Relatório de estágio de mestrado em Ciências da Informação e Documentação. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Couture, Carol (1997). Archival appraisal: a status report. In *Archivaria* 59, pp. 83–108.
- Cox, Richard J. (s. d.). *Appraisal and the future of archives in the Digital Era*. University of Pittsburgh School of Information Sciences.
- Ducharme, Daniel; Carol Couture (1996). L'évaluation en archivistique, évolution et tendances - Étude bibliographique 1980-1995. *Archives*, vol. 28, n.º 1, p. 59-98.
- Fidalgo, Maria José Vaz; Ucha, Paula Cristina (2006). Projecto de tabela de Avaliação e Selecção das Funções-Meio. *Cadernos BAD*, n.º 2, p. 30 – 36.
- Hiraux, Françoise; Mirguet, Françoise (2012). *La valorisation des archives. Une mission, des motivations, des modalités, des collaborations. enjeux et pratiques actuels*. Louvain-la-Neuve: Hamattan-Academia, S.A.

- Jenkinson, Hilary (1965). *A Manual of Archive Administration*. Londres: Percy Lund, Humphries and Co.
- Kolsrud, Ole (1992). The evolution of basic appraisal principles – some comparative observations. European archives in an Era of change. *American Archivist*, vol. 55, p. 26-39.
- Lourenço, Alexandra (s. d.). *É necessário alterar o processo de avaliação arquivística?*. Lisboa: Repositório da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Maciel, Sara Gonçalves (2012). *Uma avaliação arquivística no Ministério dos Negócios Estrangeiros*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras.
- Makhoulf, Basma; Cavalcante, L. E. (2008). Avaliação arquivística: Bases teóricas, estratégias de aplicação. *Ciência da Informação, Florianópolis*, n.º 26.
- Malheiro da Silva, Armando B.; Ribeiro, F. (2000). A avaliação em arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica. *Página a&b* (5), pp. 57-113.
- Malheiro da Silva, Armando B.; Ribeiro, F. (2009). Perspectivar a avaliação como operação metodológica no âmbito da Ciência da Informação. Espanha: *Congresso Isko*, p. 288-307.
- Malheiro da Silva, Armando B.; Ribeiro, F. (s. d.). *A Avaliação de Informação: uma operação metodológica*. Departamento de Ciências e Técnicas do Património: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Martorell, Lluís Cermenó; Palá, Elena Rivas (2010). *Valorar y seleccionar documentos: qué es y cómo se hace*. Espanha: Ediciones Trea.
- Mason, Karen M. (2002). Fostering Diversity in Archival Collections: The Iowa Women's Archives, *Collection Management*; 27 (2), p. 23–32.
- Masqueiro, Miguel Pratas (2007). *A avaliação enquanto função arquivística no sistema de arquivo do exército*. Évora: Repositório da Universidade de Évora.
- Masqueiro, Miguel Pratas (2007). *A Avaliação enquanto função arquivística no Sistema de Arquivos do Exército*. Évora: Universidade de Évora.
- Meireles, Paula Cristina Veloso (2008). *Identificação e avaliação da documentação produzida pela Direcção-Geral da Empresa no âmbito de elaboração de uma Portaria de Gestão Documental*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

- Melo, Daniel Machado de (2010). *Abordagem ao sistema de gestão documental dos serviços sociais da Câmara Municipal de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação – Arquivística. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Mundet, José Ramón Cruz (Dir.) (2011). *Administración de documentos y archivos. Textos fundamentales - Valoración, selección y eliminación*, por Lluís Cermeno Martorell y Elena Rivas Palá (España). Madrid: Coordinadora de Asociaciones de Archiveros y Gestores de Documentos (CAA).
- Pearce-Moses, Richard (2005). *A glossary of archival and records terminology*. Chicago: The Society of American Archivists - SAA.
- Ribeiro, Fernanda (1994). Bibliotecários e arquivistas em congresso: os documentos de arquivo: da origem à conservação definitiva. [s. l.]: *Diário de Notícias*.
- Ribeiro, Fernanda (s. d.). *Gestão da Informação / Preservação da memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário?*. Porto: Universidade do Porto.
- Ribeiro, Fernanda (s. d.). *Novos caminhos da avaliação de informação*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Ribeiro, Fernanda; Fernandes, Maria Eugénia (2003). O sistema da informação arquivística da Universidade do Porto: potenciar o uso da memória informacional retro-prospectivamente. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas* (11), p. 79-99.
- Ridener, John (2009). *From Polders to Postmodernism: A Concise History of Archival Theory*. Duluth, MN: Litwin Books.
- Samuels, Helen (1991). Improving Our Disposition: Documentation Strategies, *Archivaria* 33, p. 125-40.
- Schellenberg, Theodore R. (1956). *Modern Archives: Principles and Techniques*. Chicago: University of Chicago Press.
- Schellenberg, Theodore R. (1956). *The Appraisal of Modern Public Records*, *National Archives Bulletin* 8. Washington, D.C.: National Archives and Records Service).
- Silva, Carlos Guardado da (2008). O papel do arquivista na gestão da qualidade das organizações. *Convergindo – 2º Seminário Nacional de Arquivos, Bibliotecas, centros de Documentação e Museus*. Maputo.
- Silva, Carlos Guardado da (2013). A classificação da informação arquivística da administração local nos países ibéricos: uma análise comparada. *Jornadas Ibéricas de Arquivos Municipais*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa.



▪ Silva, Carlos Guardado da (s. d.). *Para um novo paradigma na gestão da informação arquivística da Administração Local - o plano de classificação*. Artigo. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

▪ Turner, Jane (1992). *A study of a theory of appraisal for selection*. Dissertação de Mestrado em Estudos Arquivísticos pela University of British Columbia.

▪ Wallot, Jean-Pierre (1991). Building a living memory for the History of our present: new perspectives on archival appraisal. *Journal of the Canadian Historical Association / Revue de la Société historique du Canada*, vol. 2, n° 1, p. 263 – 282.

## GLOSSÁRIO sobre avaliação arquivística

**Avaliação documental:** processo de análise e selecção da documentação (informação) arquivística que tem como finalidade a fixação do prazo para retenção ou eliminação, estabelecendo o seu destino, considerando a validade permanente ou temporária de cada documento (informação), de acordo com as prescrições legais (Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão, *Dicionário do Livro*, 2008: 121).

**Avaliação:** conjunto de processos de análise da informação de uma organização, que visa estabelecer o seu destino, de acordo com determinados princípios, critérios e valores, e que determina a sua guarda permanente ou a sua eliminação. Valor que é determinado por quem avalia (NP 4041, 2005: 13; Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão, *Dicionário do Livro*, 2008: 121).

**Conservação arquivística:** função do arquivo que consiste em assegurar a custódia e a preservação do(s) arquivo(s) (Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão, *Dicionário do Livro*, 2008: 303).

**Conteúdo:** permite distinguir a informação, que pode ser de dois tipos: consignada (segundo o seu suporte) e orgânica (segundo o âmbito e actividades) (Masqueiro, 2007: 42).

**Contexto:** ligação entre a função e a estrutura da produção da informação. Está relacionado com o conteúdo, permitindo ao gestor/cientista da informação autenticar e determinar o valor, sendo um elemento fundamental na gestão do sistema de informação (Masqueiro, 2007: 42).

**Critério da importância:** critério aplicado apenas em situações singulares, ao nível do processo ou dossiê, de forma a verificar e validar a informação segundo o seu carácter excepcional (Masqueiro, 2007: 46).

**Critério de arquivo:** expressão usada para designar a regra que permite avaliar se a informação deve ser conservada ou rejeitada (Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão, *Dicionário do Livro*, 2008: 338).

**Critério de julgamento das funções:** este critério advém duma perspectiva social, no âmbito da macro-avaliação. Desta forma o conteúdo da informação é preterido em relação ao seu contexto (a criação da informação deve-se a um agente potenciador ou espírito, sendo a informação a matéria ou resultado). A avaliação é secundária, tendo sempre em conta a estrutura e funcionamento da sociedade, e obedecendo a certos critérios: leis, interpelação da entidade produtora com a sociedade, questões políticas, sociais e económicas, entre outros (Masqueiro, 2007: 44, 45).

**Eliminação:** processo após a avaliação que corresponde à destruição de informação considerada sem valor arquivístico (NP 4041, 2005: 13).

**Princípio da pertinência:** princípio segundo o qual a informação de arquivo deve ser reclassificada por assunto sem ter em conta, nem a sua proveniência, nem a sua classificação original. Princípio temático; este princípio é anterior ao estabelecimento dos princípios da proveniência e do respeito pela ordem original (NP 4041, 2005: 16).

**Princípio da proveniência:** em arquivística, princípio fundamental, segundo o qual os arquivos de uma determinada procedência não devem ser misturados aos de outra; inclui por vezes o princípio do respeito da ordem original. Princípio do respeito dos fundos (NP 4041, 2005: 16).

**Risco:** critério pertencente ao valor de gestão e ao valor patrimonial (Masqueiro, 2007: 44).

**Seleção:** processo após a avaliação que corresponde à separação de informação para conservar de forma permanente da informação passível de ser eliminada (NP 4041, 2005: 14).

**Valor da informação:** dependente do seu conteúdo e parte administrativa. Obedece a certos critérios: forma, utilização, unicidade e concentração (Masqueiro, 2007: 43, 44).

**Valor de gestão:** este valor está relacionado com a função de prova (administrativa, legal/jurídica, financeira), com a função de documentação e informação. Este valor obedece a certos critérios: administrativo (criação e valor do documento na instituição produtora), legal (base legal do documento), financeiro (origem de cariz financeiro do documento) (Masqueiro, 2007: 43).

**Valor de prova:** este valor é atribuído pelo investigador numa perspectiva histórica, tendo em conta a estrutura e organização da entidade produtora, mas qualquer documento arquivístico tem valor de prova (Masqueiro, 2007: 43).

**Valor patrimonial:** compreende o testemunho e a informação do documento. Obedece aos seguintes critérios: informacional (organização, conteúdo, inter-relação com outros documentos, utilização da informação face às necessidades do utilizador, qualitativo no que toca ao valor simbólico e afectivo) e custos de conservação (Masqueiro, 2007: 43).